



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR

REUNIÃO

04/03/2020 - 23ª - Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Fake News

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Barros. PP - PR) - Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento do Congresso Nacional nº 11/2019, para investigar os ataques cibernéticos que atentam contra a democracia e o debate público; a utilização de perfis falsos para influenciar os resultados das eleições de 2018; a prática de *cyberbullying* sobre os usuários mais vulneráveis da rede de computadores, bem como sobre os agentes públicos; e o aliciamento e orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio.

A presente reunião destina-se às oitivas decorrentes do Requerimento nº 225/2019, de autoria do Deputado Rui Falcão, que convoca os três sócios proprietários da empresa AM4 Brasil Inteligência Digital Ltda. para prestarem depoimento.

Esclareço que o requerimento de convocação dos depoentes não especifica se eles deveriam comparecer na condição de investigados ou testemunhas.

Passo à leitura da fundamentação do requerimento: Matéria publicada pelo jornal *Folha de S.Paulo*, em 18/10/2018, afirma que a empresa AM4 Brasil Inteligência Digital Ltda.

Matéria publicada pelo jornal Folha de São Paulo em 18/10/2018 afirma que a empresa AM4 Brasil Inteligência Digital LTDA [...] fez disparos em massa de mensagens na campanha de Jair Bolsonaro, nas eleições de 2018. Há suspeita de que a empresa produziu e distribuiu fake news na campanha de 2018. A matéria da Folha indica que a AM4 contratou a empresa Yacows para disparos em massa de mensagens, por meio do serviço de mensagens Bulk Services, oferecido pela Yacows.

Em 26/10/2018, nova matéria do jornal Folha de São Paulo informa que os dados do sistema Bulk Services relativos à campanha de Bolsonaro foram deletados horas após a publicação da matéria.

Na prestação de contas do então candidato Jair Bolsonaro ao Tribunal Superior Eleitoral, a AM4 Brasil Inteligência Digital Ltda. teria sido a maior prestadora de serviços da campanha, somando R\$ 650 mil.

Acrescente-se, ademais, que o sócio Marcos Aurélio Carvalho integrou a equipe de transição do presidente eleito. Em 07/11/2018, Marcos Aurélio divulgou nota oficial à imprensa renunciando à remuneração pelo trabalho, que seria de R\$ 9.926,60.

Em matéria publicada no jornal O Globo, Marcos Aurélio é definido como “marqueteiro digital” da campanha de Bolsonaro.

Os depoimentos dos sócios da AM4 são fundamentais para o esclarecimento das acusações que pesam sobre a empresa.

Pela fundamentação exposta, fica clara a condição de investigados dos depoentes.

Em virtude da ausência da Relatora da Comissão, Deputada Lídice da Mata, que por motivo de saúde não pôde comparecer, designo Relator *ad hoc* o Deputado Paulo Ramos, nos termos do art. 147 do Regimento Interno do Senado Federal, que está se dirigindo a esta sessão.

Solicito à Secretaria que conduza o Sr. Marcos Aurélio Carvalho para a mesa. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Sr. Marcos Aurélio Carvalho para os esclarecimentos ou, se o senhor desejar, para fazer alguma explanação inicial.

Em seguida, concedei a palavra aos Parlamentares para fazer a sua inquirição.

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Boa tarde a todos.

É uma satisfação de verdade estar aqui, Presidente, nessa CPMI, que está prestando um excelente trabalho à população e à sociedade, de forma a esclarecer todas as questões que forem possíveis, que passaram no nosso alcance a respeito da campanha presidencial de 2018.

Então, vou atender aí com a maior... Perdão, eu vou atender, enfim, da melhor forma possível todos os pedidos tentando explicar da melhor forma possível, de forma a não ficar nenhuma dúvida.

No mais, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Barros. PP - PR) - Obrigado pela sua disposição de comparecer à CPI.

Aguardando o Relator, que fará os seus questionamentos, vou passar para a Deputada Caroline de Toni, para suas perguntas.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Pela ordem.) - Presidente, antes, eu gostaria de saber se o autor do requerimento vai... O autor do requerimento é o Deputado... Quem é? Só o Deputado Rui?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Barros. PP - PR) - O Deputado Rui Falcão.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) - Ele não vai...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Barros. PP - PR) - Ele está ausente. Assim que ele chegar, eu concederei a palavra para ele, como autor do requerimento, mas não havendo uma disposição do Sr. Marcos Aurélio de fazer uma explanação inicial, de justificar aqueles termos que foram os fundamentados para o seu requerimento de participação na Comissão, eu estou abrindo a palavra aos Srs. Parlamentares para que façam os questionamentos, e ele os responderá.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Pela ordem.) - Eu gostaria de aguardar o autor do requerimento, antes de fazer... Como é um requerimento que visa a imputar condutas, até acusar, antes de fazer a defesa eu gostaria de saber o motivo do requerimento e quais serão as perguntas submetidas ao depoente. Então, gostaria de aguardar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Barros. PP - PR) - Está bem, Deputada.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) - Mantendo a minha inscrição, só aguardar, nem que a gente suspenda por uns dez minutos, até ele estar aqui presente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Barros. PP - PR) - Eu já li a fundamentação do requerimento...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) - O senhor já fez os seus questionamentos?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Barros. PP - PR) - Vou passar a palavra então para a Deputada Natália Bonavides.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) - O.k.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Barros. PP - PR) - Deputada Natália, para suas perguntas.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) - Boa tarde, Presidente.

Boa tarde, Sr. Marcos, a quem agradecemos a presença nesta Comissão.

Sr. Marcos, hoje nós gostaríamos de fazer algumas perguntas relativas à atividade da empresa da qual o senhor faz parte, especialmente em referência à atuação da empresa nas eleições de 2018. Queria começar perguntando quais foram os serviços que a AM4 prestou nas eleições de 2018? Para quais candidatos, se tiver havido mais de um? E para quem? É isso.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Barros. PP - PR) - Eu gostaria, Deputada Natália, que a senhora fizesse o conjunto de perguntas e ele responderá.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) - Presidente, eu acho que seria melhor, conforme tem sido em todas as reuniões, eu perguntar, e de acordo com o que ele for respondendo, isso ir gerando inclusive outras perguntas, porque muito do que eu vou perguntar depende da resposta dele.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Barros. PP - PR) - Está bem.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) - Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Barros. PP - PR) - Com a palavra.

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Obrigado pela pergunta, Deputada Natália. Tenho acompanhado a senhora nas oitivas e tem feito um ótimo trabalho.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) - Obrigada.

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - É importante esclarecer, Deputada, que a AM4 não é uma empresa de *marketing* político. A nossa empresa possui 20 anos de atuação. Ela começou quando eu tinha 17 anos de idade, portanto, tenho 37 hoje, e ela tem 20 anos. Hoje possui cinco escritórios, cerca de 150 colaboradores, clientes no Brasil e fora do Brasil. Então, certamente, criar uma campanha política, principalmente uma campanha com esse nível de exposição nos trouxe uma série de situações que a gente não estava habituado a ter.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) - Imagino.

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Portanto, vou contar um pouco dessa história, que eu acho que faz parte da explicação.

Como eu sou muito interessado no assunto da política, desde 2013, das manifestações, nós acompanhamos toda essa mudança e as consequências geradas por essas mudanças do eleitorado, da sociedade brasileira. Então, com a nossa *expertise*, que é toda focada no mercado privado, pela primeira vez, aplicamos esse conhecimento.

Então, objetivamente, o que que foi feito pela AM4 para a campanha do Jair Bolsonaro? Foi feita toda a comunicação do PSL.

O PSL era um partido que tinha praticamente, enfim, nenhum Deputado. Acho que o Bivar era suplente à época, quando o Jair Bolsonaro se filiou ao partido. Portanto, ele não tinha uma estrutura de comunicação, ele não tinha uma imagem. Então, nós cuidamos, especificamente para o partido, da imagem do partido, no sentido do desenvolvimento de portal, do desenvolvimento das redes, e, pontualmente, para a campanha do Presidente Jair Bolsonaro, nós também desenvolvemos um trabalho focado na obtenção de votos e da estrutura partidária.

É importante que a senhora saiba que nós nunca fizemos nenhuma... Nós nunca tivemos acesso às redes pessoais do Presidente. Nosso trabalho sempre foi pautado nas redes do PSL. As redes do PSL, no início, como eu disse, não existiam, e, no final do primeiro para o segundo turno, em muitos aspectos, era, enfim, maior do que as redes dos demais concorrentes.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) - Era o Vereador Carlos Bolsonaro quem administrava as redes do Presidente?

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Sim.

Eu tive pouquíssimo contato com o Vereador. Encontrei com o Vereador, talvez, duas ou três vezes na vida, e o que a gente tem de informação é que ele é que fazia todo esse gerenciamento.

É claro que a gente, no início da campanha, Deputada, teve o interesse em fazer, em colaborar também com essas redes, afinal, a comunicação precisa ser unificada. Mas, de fato, a gente nunca teve acesso a essas senhas.

Então, o nosso trabalho foi focado no PSL e, no segundo turno, o nosso trabalho foi focado na criação e na veiculação de toda a propaganda de vídeo. O candidato Bolsonaro, à época, no primeiro turno, tinha oito segundos; no segundo turno, ele passou a ter 35 minutos, somados, diariamente. Então, havia a necessidade de uma produção em vídeo para a campanha.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) - Em relação ao disparo de mensagens, vocês faziam diretamente ou contratavam, subcontratavam outras empresas para isso?

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Então...

Deputada, a senhora está me dando uma ótima oportunidade, porque, como eu disse, essa questão de disparo... E, aí, é importante que eu lhe explique cada etapa dessa contratação, e a senhora vai entender, ao final, que a gente não, em hipótese alguma, atuou com esse mecanismo, por alguns motivos. O principal deles, por achar que ele não é eficiente da forma como a gente está imaginando que ele seja.

Mas, de qualquer forma, indo diretamente à sua pergunta, nós tínhamos... Uma das entregas dessa campanha foi a plataforma de arrecadação, chamada Mais que Voto. É uma plataforma que foi muito bem-sucedida, foi a maior *case* de arrecadação eleitoral do Brasil. Foram 25 mil doadores, e foram arrecadados quase R\$4,5 milhões. E nós gerenciamos essa plataforma.

Num determinado momento, até para atender melhor a esses doadores, nós precisamos mudar o número de telefone. Então, no âmbito absolutamente operacional - essa não foi uma contratação estratégica -, foi contratada uma - depois eu fui tomar conhecimento dessa sopa de letrinhas, do nome de todas essas empresas - plataforma na *internet* chamada Bulk Services e lá foi gerado um crédito de 20 mil destinatários. É importante dizer isso, Deputada, porque muita gente confunde esse número com envios. São 20 mil destinatários, era um plano de assinatura e com esse plano mais uma vez essa plataforma de arrecadação informou - e eu tenho todas essas mensagens, essa mensagem que foi enviada aqui, que eu gostaria de oferecer para registro da CPMI - a alteração do número de telefone.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - A alteração do número de telefone de suporte.

Então, eu vi que o depoente da empresa informou que foram 900 disparos no Face - não foi isso? -, 900 envios. Esse número está errado, a gente tem esse registro aqui, foram 9.232 - salvo engano de um número para cima ou um número para baixo - destinatários de dois envios, um teste e um definitivo.

Então, apenas isso que foi feito. Ocorre que para nossa surpresa...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) - Então teve disparo?

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Não teve disparo. A AM4... É muito interessante isso, Deputada, porque como a gente tem uma relação de longo prazo com todos os nossos clientes, que eu repito, que são privados. Mesmo com toda essa exposição, esses clientes que acreditam no nosso trabalho e compreendem toda nossa governança, nossa ética, graças a Deus. Nós tínhamos uma responsabilidade grande, afinal, mais de cem funcionários. Nós não perdemos um cliente, porque todos entenderam que: "Olha, essa empresa nunca ofereceu isso para mim, nunca usou dessa estratégia". Repito, não que isso esteja errado, tá? Porque é importante também, Deputada, educar, né? O que a gente está falando de distribuição, como já foi informado que, enfim, a política de uma forma geral usa também, ela nada tem a ver com distribuição para *mailing* que não é cadastrado, essa coisa toda. Todos esses 9 mil envios...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) - Desculpa, Sr. Marcos, teve as 9 mil, então?

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Teve, teve, sim.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) - Não, porque o senhor tinha afirmado que não tinha tido disparo. Então, o senhor está relatando essa situação em que teve.

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Não, eu vou repetir, Deputada, para que não fique dúvida.

Foram 9 mil destinatários. Esses 9 mil foram os 9 mil primeiros dos 25 mil doadores da plataforma Mais que Voto que foram avisados de que o número de suporte mudou, apenas isso.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) - Há alguns dias, um dos proprietários de uma dessas empresas, que, pelo que eu entendi, teria sido a que forneceu esse serviço para vocês, disse que o conteúdo do disparo que foi feito para a AM4 foi apagado. O senhor está dizendo que teria sido sob uma plataforma de doação. Queria que o senhor falasse sobre...

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Esse episódio.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) - ... o sumiço dessa mensagem. Foram vocês que apagaram? Foi a Yacows que apagou? Quem foi que apagou o conteúdo?

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Não fomos nós que apagamos, Deputada. Nós só soubemos disso, nós só soubemos desse registro de apagar por conta da apuração de uma reportagem, se eu não me engano, dia 26 de outubro, que foi numa suíte da matéria do dia 18 de outubro da Patrícia, que nos perguntou: "Olha, vocês apagaram o registro?". Não, não apagamos." Aí, a funcionária responsável à época, a Taíse Feijó, por ter feito essa contratação, ela entrou lá e viu que realmente os registros estavam apagados. A nossa sorte, Deputada, é que ela tinha feito, como de costume, até para prestação de contas interna, um *print* de todas essas telas. Então, eu também ofereço o *print* dessas telas para a CPMI para registro. Eu acho que isso é absolutamente importante.

Na sua segunda pergunta sobre quem apagou esse registro, eu me recordo de ter visto reportagem que eu não sei se da própria Patrícia - a gente precisa dar um Google para ver. Vários outros registros foram apagados, todos no dia 18 de outubro, parece. Vários clientes...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) - Do Doria, não é?

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - ... da plataforma...

Eu não sei se só do Doria, mas vários clientes dessa plataforma tiveram registros apagados. Se a senhora me perguntar o que eu acho que aconteceu, enfim, acho que certamente essa empresa viu a reportagem... Imagino. Não estou fazendo uma afirmação, é uma suspeita, porque nós também notificamos a empresa a respeito disso. Ela viu a reportagem, deve ter feito alguma coisa errada para alguém, saiu lá deletando. Mas repito, Deputada, tem duas questões importantes nesse caso. Primeiro, nós temos os *prints* todos que eu vou oferecer a registro, Presidente, da CPMI, e, dois...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) - Estão aí?

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Estão aqui.

E dois, no depoimento do Sr. Lindolfo, ele diz que fez um *backup* desses registros, que ele tinha um *backup*.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) - Então o senhor acha que foi a Yacows que apagou. Porque ele veio aqui e negou que teria sido a Yacows. Mas o senhor acha que teria sido.

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Quem tem acesso ao sistema?

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) - Vocês e eles.

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - É. Então...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) - Entendi.

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Se não fomos nós, enfim... Mas repito, Deputada, eu queria fazer mais um registro, por favor. Ele disse, no depoimento dele, que ele tinha o *backup* em nuvem, ele disse isso, que tinha um *backup* em nuvem de todos os envios, de todas as informações. Então, eu aconselho a solicitar esse *backup*, porque esse *backup* vai dizer... O *backup* é fiel. Quem trabalha como informática sabe. Quando você restaura um *backup*, ele vem de forma fidedigna. Então, eu acho que isso será bastante esclarecedor para a CPMI.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) - Sr. Marcos, qual era o papel, até onde o senhor tem conhecimento, do Vereador Carlos Bolsonaro na campanha, em termos da comunicação?

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Deputada, como a gente não tinha contato com ele, eu de verdade não sei respondê-la.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) - Foi por causa dele que o senhor acabou saindo do trabalho que fazia na equipe de transição?

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Olha, eu aceitei... Inclusive, fui o primeiro nome, nomeado na equipe de transição. Aceitei ali colaborar por dois a três meses, de forma voluntária. Depois, soube que tinha até salário. Enfim, de forma voluntária. Você sai de um clima de campanha, a senhora sabe disso, e aí tenta ajudar depois, na sequência.

(*Soa a campanha.*)

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO - E de fato ele fez um tuíte, na mesma semana que eu entrei, fazendo uma ironia, alguma coisa nesse sentido. Eu pedi, à época, ao Ministro Onyx, que foi a pessoa que me convidou para participar daquele momento, uma retratação do Presidente, e ele disse que aquele não era o momento dessa retratação. Então, eu peguei minhas coisas e fui embora.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) - Algumas pessoas que eram bastante próximas da campanha, até Parlamentares ou pessoas que vieram mesmo a compor o Governo, como é o caso do Sr. Bebianno, têm falado muito sobre a atuação não só do Vereador, mas, enfim, de membros da família Bolsonaro, nesse papel de distribuição de notícias falsas, tanto na época da campanha quanto agora mesmo, em curso agora mesmo. Inclusive, não sei se vocês viram, acabou de sair uma notícia de que um dos IPs que foi identificado como criador de um dos perfis desses distribuidores de notícia falsa está aqui, do outro lado do salão, no gabinete do Deputado Eduardo Bolsonaro.

Nas reuniões que vocês tinham sobre o *marketing* da campanha, vocês debatiam essa disseminação através de sugestões, por exemplo, do Vereador Carlos, dos ataques a outra campanha?

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Deputada, eu vou ser bastante específico, para que a senhora saiba os momentos que eu tive com o Vereador.

Eu estive um dia em que a gente quis propor uma *live* um pouco mais organizada - um pouco mais organizada -, e, enfim, ele não forneceu a senha, a gente não conseguiu conectar, e essa *live* não foi possível. Um segundo dia, se não me falha a

memória, em Juiz de Fora, mas muito rapidamente. Apenas o vi, nem o cumprimentei. Aliás, não foi em Juiz de Fora: foi no Einstein. E uma terceira vez, no dia da apuração do segundo turno. Apenas. Eu não vi o Vereador mais do que três vezes. Então, eu não sei dizer, enfim, absolutamente nada. Eu estaria sendo, enfim... Não preciso.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) - O senhor tem relação com o Sr. Bebianno?

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Tenho.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) - Tem proximidade?

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Tenho.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) - Ele deu entrevista esta semana e, não na parte que foi transmitida, mas em conversa com os jornalistas, ele chegou a dizer que tinha medo por tudo que ele sabia, apontou para o filho, disse que aquele era o único segurança dele... O senhor imagina por que que ele teria razões para ter medo?

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Deputada, eu queria fazer um...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) - Já que vocês são próximos...

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Eu queria fazer um registro: o Gustavo Bebianno é uma pessoa inteligentíssima, absolutamente competente, e que, de fato, faz muita falta a este Governo, porque poderia ser um grande ponderador de uma série de questões.

Eu imagino que essa afirmação dele seja o resultado de algum repertório, de alguma experiência dele. Eu não sei lhe responder com precisão, mas eu gostaria de trazer aqui todo o meu registro de admiração ao Gustavo. Mas, enfim, não sei por que que ele, que ele... Não posso dizer por que que ele sente esse receio.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) - Por fim, Sr. Marcos - porque o meu tempo já se esgota -, ele também voltou a falar do papel do Vereador Carlos, tendo dito que chegou, inclusive, a alertar membros do Governo que seria um erro trazer essa máquina de *fake news* para dentro do Governo, mas que o Vereador Carlos teria insistido, ainda assim. Vocês conversaram sobre isso, sobre esse fato, o senhor e o Sr. Bebianno?

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Eu acho que ele não disse, Deputada, "trazer". Eu acho que ele disse em criar, em criar. Ele citou alguma coisa de criar uma segunda Abin, alguma coisa nesse sentido. Mas não: não tive essa conversa com ele.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) - Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Barros. PP - PR) - Obrigado, Deputada Natália Bonavides.

Vou passar a palavra ao senhor, autor do requerimento, Deputado Rui Falcão, que tem a preferência. Depois à Deputada Carolina de Toni, que está inscrita.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) - Boa tarde, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Sr. Presidente, Sr. Marco Aurélio Carvalho.

Eu queria, inicialmente, me desculpar aqui pelo atraso. Ontem houve um... A sessão de ontem estava convocada para 14h, e eu reproduzi o horário de ontem hoje. Então, por isso o meu atraso. Mas sei que a companheira Natália já fez as suas perguntas.

Eu queria começar... Bom, primeiro, embora o senhor tenha sido convocado, mas é bom que o senhor esteja aqui hoje, presente. Normalmente, a convocação já implica o comparecimento, mas acho que, se o senhor fosse convidado, também teria vindo, porque o objetivo é esclarecer fatos que acho que são do seu conhecimento.

Mas eu queria talvez começar por um... Numa nota na *Época*, a AM4 Brasil, que era a agência contratada pelo hoje Presidente Bolsonaro, disse que fez um único envio de mensagens durante as eleições, no dia 13 de setembro. Foi um comunicado para 8 mil doadores cadastrados. Eu acho isso muito pouco e quero reiterar que fazer disparo na eleição passada era permitido, mesmo que fossem milhares de disparos. O que não podia era fazer *fake news*, atacar os adversários e o que tinha que ser pago não podia ser pago com caixa dois. Então, de cara, já acho que 8 mil doadores cadastrados numa campanha presidencial é muito pouco. Mas o Sr. Lindolfo, que esteve aqui na audiência passada, o sócio proprietário da Yacows, afirmou que a AM4 Brasil fez um disparo direcionado a apenas 900 destinatários. Qual é a informação correta, a de 8 mil doadores, 8 mil cadastrados, 900 destinatários ou é outro número?

Eu queria que o senhor anotasse as perguntas, porque são várias.

A segunda é: por que os registros dos disparos que foram feitos pela plataforma Bulk Service, em nome da AM4, por que foram apagados esses registros? Havia algo de comprometedor? Há também uma controvérsia sobre quem apagou, se foi AM4, se foi Yacows, através da Bulk Service. Eu queria esclarecer esse ponto também.

Na época, no dia 18/10, assim que foi publicada uma reportagem na *Folha de S.Paulo* sobre os milhares de disparos, a Yacows declarou que não foi responsável pela exclusão dos registros. O Sr. Lindolfo Alves confirmou aqui na CPMI também que ele não apagou o conteúdo disparado. Se não foi a AM4 que apagou, será que então a Yacows mentiu aqui na CPI? Eu queria esclarecer esse ponto.

Outra coisa que passou ao largo da grande imprensa é o seguinte: no processo trabalhista que o Sr. Hans River moveu contra a Yacows, ele... E disse também que nesse processo trabalhista, na hora do acordo, houve lá um advogado da AM4 presente. Isso declarou aqui o senhor proprietário da Yacows. Eu achei estranho. Se a AM4 não era parte nesse processo, por que estaria lá um advogado? Ele disse que talvez a AM4 quisesse saber o que ia dizer o Sr. Hans River, daí a presença de um advogado. Mas o que me interessa mais é que esse Hans River, que mentiu à CPI e mentiu ao Ministério Público, apresentou aqui uma foto. É a única prova material, até o momento, que nós temos, antes da quebra de sigilo, de que houve pelo menos um disparo.

Talvez não pudesse ser considerado *fake news*, mas era algo proibido pela legislação eleitoral, que era detratar um adversário político. E o que dizia essa mensagem, fotografada pelo Hans River, mostrada aqui na CPMI? A imprensa deu pouca atenção, e eu queria, então, reafirmar isto: há uma foto, uma prova, que está em mãos da CPMI, que dizia o seguinte: "Urgente. Marcelo Odebrecht delata Fernando Haddad". Então, eu queria saber se foi a AM4 que contratou o disparo dessa mensagem em particular, para que a gente possa, então, ter acesso a isso aí.

Eu queria agora entrar em outra área. O senhor está conseguindo anotar, não é? Está bom.

Segundo o jornal *O Globo* do dia 7 de novembro, o Sr. Carlos Bolsonaro negou que a campanha do Sr. Jair Messias Bolsonaro tivesse uma equipe de *marketing*. Todo mundo sabia que a AM4 fez a campanha, oficialmente foi contratada como agência para fazer a campanha de Jair Bolsonaro. Ele negou isso, inclusive em termos depreciativos em relação ao senhor, que teria começado a participar da equipe de transição, depois da eleição de Bolsonaro. Ele teria dito o seguinte, abro aspas: "Marqueteiro digital?! Tem uma galera que não se cansa de querer aparecer e usando de títulos que não refletem uma linha de verdade. Todo mundo querendo se dar bem de algum jeito", ou seja, que o senhor estaria, entre aspas, "querendo se dar bem". O fato é que - parece que dois dias depois dessa declaração - o senhor teria, inclusive, aberto mão de uma remuneração de nove mil e poucos reais como membro da equipe da transição e ou abandonou ou foi defenestrado, como vários outros que estavam próximos ao Presidente sucessivamente foram. Talvez o senhor tenha sido o primeiro, depois o Gustavo Bebianno, depois o Gen. Santos Cruz, o Paulo Marinho e assim por diante, ou seja, aqueles que mais foram leais ou estavam próximos, prestando serviços, foram pouco a pouco ejetados do círculo próximo a Jair Messias Bolsonaro. Eu queria que o senhor falasse sobre isso, se é verdade, se não é fato e tal.

Carlos Bolsonaro tinha um papel na campanha de 2018? Se tinha, qual era esse papel? Ele influenciava o trabalho da AM4, dava sugestões, dava orientações? Dizem que, na verdade, ele se irritou com a história de que o senhor era um marqueteiro porque ele era o grande marqueteiro. O senhor concorda que ele era o grande marqueteiro? Ele que controlava as redes sociais do Presidente? Dizem que controla até hoje.

Então, o senhor teria sido nomeado para a equipe de transição no dia 5 de novembro e saiu no dia 7, dois dias depois.

Em entrevista recente no Roda Viva, programa da TV Cultura, na última segunda-feira, o ex-Ministro Gustavo Bebianno afirmou que o Vereador Carlos Bolsonaro demonstra - abro aspas - "um nível de agressividade despropositado e que deveria procurar um tratamento". Quem disse isso foi o Gustavo Bebianno. O senhor, que conviveu com Carlos Bolsonaro ao longo da campanha, concorda com essa afirmação? O Gen. Santos Cruz e a Deputada Joice Hasselmann disseram nesta CPMI que está em funcionamento no Brasil uma milícia digital. Aliás, tem milicianos em outras áreas também, mas eles usaram essa expressão de milícia para as redes sociais, que ataca tudo e todos que resolvem questionar as decisões do Governo. O STF, os Presidentes das Casas do Congresso, nós mesmos somos vítimas diárias dessa campanha de ódio veiculada por essas milícias. O Carlos Bolsonaro era apontado como o comandante dessas milícias digitais. O que o senhor tem a dizer sobre isso?

Por fim, queria saber se a AM4 tem alguma relação com o Governador João Doria - relação política, funcional, empresarial -, porque a campanha de João Doria, também na mesma data, apagou os registros de disparos da plataforma Bulk Services, mesma data em que Jair Bolsonaro - ou através da AM4 ou da Yacows - apagou os disparos, assim que a reportagem da *Folha de S.Paulo* foi publicada.

A parte final agora se refere à Sra. Taíse de Almeida Feijó. Ela integrou a equipe da AM4 que atendeu a campanha de Jair Bolsonaro? Ela era responsável pela contratação das mensagens enviadas por meio do WhatsApp? Era ela que operava a plataforma Bulk Service em nome da AM4? Como ela tinha a senha da plataforma, será que ela teria apagado as mensagens? Curiosamente, no dia 22 de janeiro, ou seja, logo no início do Governo Bolsonaro, Taíse foi nomeada assessora do gabinete do ex-Ministro Gustavo Bebianno. Foi demitida no dia 1º de novembro, logo depois que a CPMI aprovou requerimento de convocação dela aqui. Coincidência. O senhor sabe dizer por que a Taíse teria sido demitida? Ela foi contratada depois pela AM4, depois que foi demitida do Governo Bolsonaro?

Não concluí ainda não.

O senhor conhece Rebecca Félix da Silva Ribeiro Alves? Ela trabalhou, trabalhava ou trabalha na AM4 Brasil? Se sim, em que período ela teria trabalhado? Pergunto porque há indícios de que ela também estaria envolvida com a propagação de *fake news* na campanha.

Então, faço essas perguntas, Sr. Marcos Aurélio Carvalho, no intuito de chegar ao objetivo final desta CPMI, que não é destruir nenhuma empresa, ferir a reputação de nenhuma empresa, mas simplesmente criar condições para que nós possamos, em primeiro lugar, ver o alcance dessas campanhas durante o período eleitoral; segundo, estabelecer sugestões, medidas legislativas que possam coibir o que ocorreu na campanha de 2018, para que em 2020 elas não voltem a ocorrer. Terceiro, porque *fake news* não compromete só as campanhas eleitorais; compromete a democracia, e agora nós estamos vendo inclusive que incide em coisas gravíssimas, por exemplo, como área de saúde, campanhas que induzem as pessoas a não se vacinarem.

Nós tivemos aqui um depoimento importantíssimo de um senhor que preside a Sociedade Brasileira de Imunizações falando do estrago que isso tem causado, inclusive trazendo de volta índices de sarampo, que praticamente tinha desaparecido. E também a questão da prostituição infantil, a destruição de reputações e o próprio estrago que isso faz em relação à democracia, uma democracia que hoje já está meio sob tutela militar, com a perna quebrada, com vários dispositivos constitucionais violados, inclusive com a participação do Presidente da República, que jurou cumprir a Constituição. Como disse Ulysses Guimarães, no seu discurso histórico da proclamação da Constituição de 1988, quem descumpe a Constituição é traidor da Pátria, quem rasga a Constituição abre caminho para o que há de pior, que é a volta da ditadura, do autoritarismo, de práticas de que, pela sua idade, o senhor talvez não tenha participado, felizmente não foi vítima disso...

(Soa a campanha.)

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) - ... mas tem conhecimento histórico, e quero crer que concorda com a gente que ditadura nunca mais.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Barros. PP - PR) - Tem a palavra o Sr. Marcos Aurélio, para responder às perguntas do autor do requerimento, Deputado Rui Falcão.

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Boa tarde, Deputado Presidente, Deputado Rui Falcão.

Obrigado pelas perguntas. Eu vou tentar responder todas aqui. Se faltar alguma coisa, por favor me avise.

Eu já fiz essa introdução à Deputada Natália, então eu vou repetir ao senhor.

A AM4 é uma empresa que atende predominantemente ao mercado privado, então nós temos cinco escritórios, cerca de 150 colaboradores e clientes no Brasil, fora do Brasil, multinacionais, enfim. Então, essa questão de uma campanha política para a gente foi uma grande aventura. O senhor imagina o nível de exposição que essa campanha teve e, por consequência...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO - Eu digo a campanha, não estou fazendo juízo de valor.

Então, o que a gente mais preza naturalmente é a reputação, e é muito importante este espaço que o senhor nos deu com esse requerimento para deixar as coisas absolutamente claras.

Esse envio que foi feito, Deputado, foi feito com o único e exclusivo objetivo de avisar os doadores da plataforma que nós criamos chamada Mais que Voto, que foi uma plataforma vencedora... Ela teve 25 mil doadores diferentes, arrecadando mais de R\$4 milhões - é um recorde, é um *case* de sucesso no Brasil. Quando a gente atingiu 8 mil doadores, a gente resolveu mudar o telefone de suporte: "Olha, há um outro número aqui de contato de suporte".

Aí, no nível operacional - essa não foi uma decisão estratégica, até pelo custo envolvido, R\$1.680 -, no nível operacional, uma funcionária nossa que era gerente dessa atividade, que era a Taíse Feijó, que o senhor citou, contratou - ela tinha

alçada para isso -, via internet, um serviço chamado *book service*, com um crédito de 20 mil envios. É importante esclarecer que não é enviar 20 mil vezes, mas é para 20 mil destinatários. Esse era o crédito que ela comprou, que ela contratou.

E, de fato, esse envio foi feito. O depoente da empresa falou o número errado. Ele falou 900, esse número está errado. O número que foi enviado foi 8 mil, perdão, 9.232. Por nossa sorte, Deputado, nós fizemos, por uma questão de procedimento interno, um *print* dessas telas todas. Então, a gente tem esse registro antes de ele ser apagado. Eu vou oferecer esse registro para que ele seja arquivado na CPMI, com o maior prazer, inclusive a mensagem que foi enviada.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar. *Fora do microfone.*) - Essa que eu falei.

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Essa que foi enviada para 9 mil pessoas.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) - "Odebrecht delata...".

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Não, não. Eu vou chegar a essa parte da pergunta.

Então, esse envio foi feito, comunicando a mudança de número, enfim, e é uma base absolutamente legal, porque foram doadores da campanha.

Bom, registros apagados. Essa reportagem da Patrícia, pessoa à qual eu gostaria de render aqui um singelo ato de solidariedade por tudo que ela sofreu nos últimos dias... Todo mundo em qualquer profissão tem direito de acertar e de errar, é natural isso. Não estou fazendo julgamento se ela acertou ou errou, tá? Só estou dizendo que ninguém merece esse nível de exposição, e ela que é mãe, enfim, é uma profissional de muito respeito e não deveria sofrer o que sofreu. Então, essa reportagem dela do dia 18, que fala sobre esses envios, se o senhor tirar o título, que é tendencioso - não significa que esteja sob o controle dela -, mas a apuração que ela fez está absolutamente correta no que se diz respeito à apuração que fez fica conosco, enquanto AM4...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) - Normalmente, quem faz o título (*Fora do microfone.*) não é o repórter.

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Não é o repórter. Eu sei disso. Então, enfim... Tanto é que depois todo contato que eu tive com ela foi absolutamente amistoso nesse sentido. E no dia 26, houve uma suíte da matéria falando que o registro foi apagado. Nós só tomamos conhecimento de que esses registros foram apagados, Deputado, por conta da apuração da segunda matéria, da suíte, no dia 26. Então, definitivamente não fomos nós que fizemos esse *delete*, não foi a Taíse Feijó, que é uma profissional da nossa altíssima confiança...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) - Nem na campanha do João Doria?

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Nós não fizemos campanha do João Doria.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) - Não?

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Não. O que nos surpreende é o seguinte, Deputado: vale a pena fazer um Google, eu acho que deveria fazer um Google, porque me parece que tem uma matéria - se eu achar eu faço e envio para a CPMI - de que vários registros foram apagados no dia 18, no dia da matéria da Patrícia. Então, não sabemos o que motivou.

Mas eu tenho uma dica, eu disse isso à Deputada Natália: "Olha, o depoente passado, da empresa, pessoa que inclusive nunca vi na vida, o Sr. Lindolfo, deu uma dica aqui, ele falou: 'Olha, tem um *backup* na nuvem desses registros que foram apagados'". Então, a minha sugestão é que... O *backup* normalmente, quando você o restaura, vem fidedigno. Então, que se restaure esse *backup* porque vai verificar o que tem lá.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) - Agradeço a dica. Vou fazer um requerimento nessa direção.

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Bom, em face dessa matéria, nós notificamos a empresa - tenho aqui a notificação, que eu posso também enviar à CPMI -, em que nós cobramos por que esses registros foram apagados. E mais: os valores foram devolvidos para a conta, porque é uma conta virtual. Então, o crédito, esses R\$1.680 foram devolvidos. Foi apagado como se nunca tivesse tido nenhum envio.

E aí notificamos a empresa. Como essa... Aí abro um parêntese: como essa notificação ela é uma notificação... como esse troço não nos trouxe prejuízo financeiro, o nosso jurídico inclusive disse o seguinte: "Nós vamos processar essa empresa por quê?". Porque não teve prejuízo financeiro.

Mas, enfim, por conta de todo esse dobramento, pelo fato de a gente estar aqui falando com os senhores - não é? -, naturalmente, eu acho que já cabe uma ação mais firme contra essa empresa.

Bom, processo trabalhista. Isso é uma calúnia absurda...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) - Para eu entender: os senhores fizeram uma notificação extrajudicial...

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Isso.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) - ... e, a partir das consequências, pelo fato de os senhores terem sido convocados aqui, o senhor agora pretende processar a Yacows...

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Ingressar a Yacows...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) - ... com uma ação judicial, e não extrajudicial?

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Ação judicial, e acrescentando a essa ação essa afirmação que eles fizeram, absurda... Eu até me dei ao trabalho, o nosso jurídico, de procurar a ata do Ministério do Trabalho, do acordo. Como tinha um advogado da AM4 lá... É uma loucura, é um depoimento falso.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) - Chamou a atenção porque foi no final da audiência, eu perguntei...

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Eu vi.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) - ... achando que... Quarenta vezes ele disse "desconheço, desconheço"... Mas ele... "Não, tem, o advogado foi lá".

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - O tal do Hans River, eu vi o depoimento dele, ele falava da gente com um certo... sem saber mesmo qual era o nome direito. Ele falou que estava, depois falou que não estava. Ele foi muito confuso, muito confuso.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) - Mas quem falou que tinha advogado foi o...

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Quem falou, Deputado - me perdoe -, foi o Hans, e aí o senhor perguntou ao Lindolfo se ele confirmava.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) - Isso.

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - E o Lindolfo confirmou. Então, ambos deverão ser processados por falso... O que é isso? Falso testemunho, a calúnia, a mentira, enfim... Porque isso realmente não existe. Então, é importante que o senhor tenha me perguntado isso para que eu possa esclarecer.

Sobre a foto da *fake news*, Deputado Rui Falcão, enfim, a gente não tem absolutamente nada a ver com aquilo. Repudiamos. Como eu disse na introdução, nós nunca nos daríamos ao papel de fazer um negócio desses. Enfim, então não faz o menor sentido, isso não faz parte das nossas práticas, não é assim que se constrói...

Nós somos signatários e podemos colaborar com a CPMI no que ela precisar no documento final em relação a expurgar esse mal da sociedade moderna, da sociedade atual, que é a *fake news*.

O senhor deu um exemplo maravilhoso aí que é o exemplo da saúde pública. A quantidade de coisas que a gente recebe sobre o coronavírus... E observe: essa é uma questão que quase... que precisa ser explicada realmente por psiquiatras ou psicólogos.

Por que o sujeito faz isso? O que o motiva a fazer isso? Comprova que não é só por uma motivação política, é por qualquer motivação. É a ideia de se ter uma informação em primeiro lugar e querer dividir isso com as outras pessoas. Só isso que explica.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) - No caso, tem motivações econômico-financeiras também porque muitas dessas campanhas são campanhas importadas dos Estados Unidos...

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Entendi.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) - ... e com ligações até com empresas que fabricam remédios supostamente substitutivos das vacinas. Então...

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Entendi.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) - ... o cara ganha porque está fazendo *lobby* de um outro produto...

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Entendi.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) - Então, tem várias explicações.

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Tem essa motivação, entendi.

Bom, então, indo agora já para a segunda metade das suas perguntas, V. Exa. perguntou sobre a questão do Carlos, do Twitter, não é? E do governo de transição.

Então, o senhor sabe: campanha é uma coisa que tem uma temperatura muito alta. Então, quando nós saímos de uma campanha vitoriosa, o Ministro Onyx me convidou para participar, para ajudar ali na transição. Eu, de verdade, não sabia o que era transição, nunca tinha participado disso, e vim para cá, para Brasília, para ajudá-lo. E fui o primeiro nome, no decreto, nomeado nesse governo de transição. Não sabia que ia ter remuneração, depois eu fiquei sabendo como funcionava, etc. e tal. São detalhes, mas, de fato, o Vereador Carlos Bolsonaro fez esse tuíte, que, óbvio, desagradou - o senhor imagine! - toda a equipe que trabalhou na campanha, desagradou as pessoas envolvidas, que não dormiram durante semanas em função dessa campanha. Agora, de fato, a única coisa que me importava ali era uma retratação do Presidente, mas naquele momento as pessoas que estavam como interlocutoras acharam que não era a hora: "Vamos deixar para depois?"

Eu pedi para sair desse processo, porque nunca foi meu interesse atuar em governo, não era meu interesse ter contrato com o governo, eu queria cuidar da minha empresa. Então peguei minhas coisas e fui embora, pedi para sair em função desse episódio.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar. *Fora do microfone.*) - O senhor nem falou com ele?

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Com o Presidente?

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) - Não, com o Bolsonaro! Ele fala essas coisas... O senhor deixou barato?

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Não, é como eu disse, eu tinha interlocutores ali. Eu pedi ali a retração do filho e, como eu não tive esse retorno, esse respaldo, eu peguei minhas coisas e fui embora.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) - Em sinal de protesto.

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Eu acho que tem gente até que fica - não é Deputado? -, às vezes equilibrando pratos, mas não foi o meu caso, eu tenho um negócio para cuidar.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) - O Onyx ficou, o Bebianno, depois foram...

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Não, o Bebianno saiu, não é? Enfim, não vamos julgar...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) - Tiraram ele, não é?

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - É... Parece que ele tinha alternativas, mas ele preferiu sair. Bom, o papel do Carlos na campanha. Eu disse à Deputada Natália, com precisão, que eu me encontrei com o Vereador três vezes, apenas isso.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) - Uma vez na casa do Paulo Marinho...

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Uma vez na casa do Paulo, tentando fazer uma *live* que... Enfim, ele não passou a senha do pai, só ele tem as senhas do pai...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) - Quer dizer, na campanha só ele tinha a senha?

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - As senhas pessoais do pai...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) - O senhor sabe se isso continua?

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Não sei.

A segunda vez que eu o encontrei foi no Einstein, rapidamente. E a terceira vez foi no dia da apuração do segundo turno. Apenas. Só encontrei com ele três vezes na vida. Então eu não consigo lhe dizer mais, dar mais detalhes sobre o Vereador Carlos Bolsonaro.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) - Lá na transição ele não...

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Não. Não o encontrei.

Sobre a questão do Gabinete do Ódio: eu não sei informar, eu não estou no Governo, eu não fui uma vez ao Palácio do Planalto, eu não sei se isso...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) - Mas o senhor não voltou a conversar com o Bebianno, por exemplo?

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Ah, voltei, claro, com a própria Joice, enfim...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) - Eles nunca mencionaram isso para o senhor?

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Não, que mencionaram... Não, eu vi aqui na CPMI...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) - Mas eu digo para o senhor.

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Não, não há nenhuma informação relevante, diferente, com que eu possa contribuir.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Pela ordem.) - Presidente, com todo o respeito, já encerrou o tempo faz uns dez minutos. Nós fomos tolerantes até para investigar, mas vamos seguir...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. *Fora do microfone.*) - Ele está respondendo...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) - Ah, sim, mas é que já está quase...

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ. Pela ordem.) - É, está fazendo aqui um diálogo constante.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) - Se ele optou por fazer todas as perguntas...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Barros. PP - PR) - O Deputado Rui Falcão fez as perguntas primeiro, ele está respondendo, eu vou pedir ao...

Eu já fiz essa concessão à Deputada Natália Bonavides, então agora vou seguindo essa regra, está bem?

Pode continuar.

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Eu já estou finalizando.

O Governador João Dória... O senhor perguntou sobre o quê?

Não tenho relação comercial, não trabalho para o governo, não tenho nada. Não fiz campanha, nada.

Mais o quê? Sobre Taíse e sobre Rebeca. Taíse, antes de vir para o governo, foi uma funcionária de quase dez anos, uma pessoa da minha mais alta confiança e que está retomando agora, graças a Deus! Ela saiu, e eu estou tendo a oportunidade de recontratá-la, tanto ela como a Rebeca.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO - Não, estou exatamente nessa missão de recontratá-las, porque são pessoas de altíssima qualidade e pessoas seríssimas.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) - Mas elas saíram quando? E estão voltando...

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Do governo? O senhor que disse para mim. Eu não sei.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) - Em novembro...

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Em novembro.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) - Estão voltando agora, tiveram um período sabático.

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Ah é, foram tirar férias, naturalmente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Barros. PP - PR) - Está bem.

Deputado Rui Falcão, eu agradeço a sua participação.

Passo a palavra ao Senador Humberto Costa.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Barros. PP - PR) - A Deputada Caroline está inscrita. Vai manter a inscrição, Deputada? Vou inscrever também...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) - Então, boa tarde ao Presidente em exercício, Deputado Ricardo Barros, ao Relator Paulo Ramos, ao convocado, Sr. Marcos Aurélio Carvalho, e a seu advogado Guilherme Melo Duarte. Boa tarde a todos os Deputados e Senadores.

Bom, mais uma vez fica claro o que se passa nesta CPI. A AM4 só está aqui hoje porque trabalhou na campanha do Bolsonaro. E tudo o que eles tinham para dizer, como foi falado pelos principais da oposição aqui que falaram, Deputados, é que prestaram um serviço de forma honesta e devidamente declarado.

Nós estamos prestes a completar seis meses desta CPI e, mais uma vez, a gente tem uma sessão que não está levando a lugar nenhum. Estamos perdendo aqui nosso tempo, jogando dinheiro público no lixo com tudo que está empregado aqui para constituir uma comissão, até o nosso tempo como Deputados, Senadores, assessoria, até a imprensa aqui também. Isso custa caro para o contribuinte, enquanto lá fora o Brasil espera por resultados, por trabalho e por prestação de serviços à Nação.

Vamos falar a verdade: o que a oposição e a esquerda esperavam desta CPI era poder botar a mão nas conversas privadas dos seus adversários e desafetos. Inclusive, é o que a gente vê pela maior parte dos requerimentos que foram protocolados, que visam meramente violar, inclusive, a privacidade de pessoas idôneas, cujo único pecado teria sido apoiar o Presidente Bolsonaro. Inclusive, a prova disso eu tenho aqui, numa estatística que eu pedi para a assessoria levantar: das quinze reuniões de oitivas que nós tivemos aqui, com base nos requerimentos protocolados, foram apenas quatro oitivas pedidas por quem é a favor do governo e 21 oitivas da oposição, o que demonstra também a parcialidade na condução dos trabalhos desta CPI. Por que tanta desproporcionalidade e disparidade? Por que a oposição ouviu 21 pessoas, e nós, apenas quatro, se a gente fez vários requerimentos? Tudo induz aqui...

Então, esta CPI parece um daqueles casos clássicos em que a gente tenta usar o aparato estatal para fabricar factoides, para censurar, para controlar as redes, as mídias, para, inclusive, tentar incriminar levianamente adversários políticos na ânsia de derrubá-los, na ânsia, como temos dito sessão após sessão, de fazer um terceiro turno da eleição do Presidente porque a oposição não admite que perdeu nas urnas.

Mas aqui nós já temos a prova robusta da Polícia Federal, das próprias redes sociais e das empresas que estão aqui se colocando à disposição porque também querem saber o que se passou.

Então, Presidente, tenho sugerido que a gente, na reunião que for realizada, tente um acordo para encerrar, de uma vez por todas, o circo que virou esta CPI.

Bom, era isso o que eu tinha para começar. Agora vou aproveitar...

Sr. Marcos Aurélio Carvalho, já que o senhor teve que despender o seu tempo para vir aqui e ser levianamente acusado de algo que não cometeu, vou aproveitar para fazer alguns esclarecimentos, até para tentar fazer com que a verdade reine aqui nesta CPI.

O senhor já falou aqui que prestou serviços para o PSL. Não sei se o senhor já falou, mas quem contratou o serviço em nome do PSL? Foi o Bebianno? Quem seria a pessoa?

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Ele era o presidente do partido à época, foi o Gustavo Bebianno.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) - Então, se o senhor puder resumir, quais os serviços que vocês prestaram, além desse que foi objeto da CPI?

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Deputada, como eu disse, foram dois escopos que se complementaram. O primeiro escopo foi o digital, do PSL, toda a organização partidária do PSL no Brasil inteiro, o desenvolvimento de voluntários, o portal do partido, o portal da campanha do Presidente Jair Bolsonaro, o contato com os principais influenciadores etc. e tal. E o segundo escopo, principalmente e mais evidentemente no segundo turno... Nós saímos de... A campanha saiu de 8 segundos para 35 minutos. Então, nós tivemos de ter uma forte produção audiovisual, coisa que não se tinha em função de a campanha funcionar muito dentro da internet, dependente muito da internet e dos voluntários, durante o primeiro turno.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) - Certo.

O senhor trabalhou para outros candidatos na campanha passada?

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Não.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) - Para resumir, quais os serviços, então, que o senhor contratou da Yacows?

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Como eu disse...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) - Foi só aquele que foi objeto dessa nota da imprensa, não é?

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Isso.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) - O senhor confirma a nota à imprensa de que os senhores falaram em outubro...

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Isso.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) - ...falando dos R\$1.680,00?

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - É, o conteúdo da mensagem é bem simples.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) - É que eu utilizei esse documento na eleição...

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - O conteúdo vai ser disponibilizado para vocês. Ele diz o seguinte:

Olá, tudo bem? Para você que mantém contato com a equipe do Mais que Voto do Jair Bolsonaro, através do WhatsApp, informamos que o nosso número mudou. Para continuar recebendo conteúdos oficiais atualizados salve o nosso novo número.

Muitíssimo obrigado pelo seu apoio.

Essas pessoas que receberam já eram, na época, doadoras, elas já tinham doado para a campanha.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) - Ou seja, eles deram seus dados voluntariamente para o cadastro.

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Sem dúvida, sem dúvida.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) - Muito bem.

Vou fazer uma pergunta que eu achei até que a oposição iria fazer. É só para deixar clara a má intenção da oposição e a boa intenção do depoente, e para acabar com essa narrativa contra o Presidente.

Sr. Marcos, em algum momento foi pedido ao senhor para fazer algum tipo de disparo de mensagens contendo *fake news*, por parte de pessoas da campanha do Presidente?

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Deputada, não. Na verdade, mesmo que assim o fizessem, nós sairíamos correndo naturalmente.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) - Vocês também tem essa conduta correta...

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Não faria parte do nosso escopo.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) - O.k.

Mas o senhor se deparou com notícias falsas contra o Presidente Bolsonaro durante a campanha, já que o senhor esteve próximo do PSL e da campanha do Presidente?

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Há muitas...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) - Poderia relatar um pouco sobre isso?

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Eu acho que esse foi um processo, infelizmente, que aconteceu para todos os lados, não é? Só que a diferença é que a gente vive em bolhas diferentes, e essa bolha é retroalimentada pela nossa própria coexistência: os amigos que a gente tem, a faculdade que a gente frequentou, as opiniões que a gente tem a respeito do mundo. Então, é natural que, se você está do lado direito, você receba mais informações de críticas do lado esquerdo; a mesma coisa acontece se você está do lado contrário. Então, sim, houve uma série de mensagens nesse sentido. Mas a gente, de verdade, nunca deu importância para isso. Tinha tanto trabalho para fazer que a gente não dava tanto peso a essa questão não.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) - O.k.

Não sei onde é que está o Presidente, mas terminei a minha fala.

Eu acho que já vamos passar a palavra para o Senador...

(Intervenções fora do microfone.) (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Barros. PP - PR) - Eu vou passar agora, então, ao Senador Humberto Costa, pela ordem de inscrição.

Estão inscritos Carlos Jordy, José Medeiros e Éder Mauro.

Senador Humberto Costa, por favor, V. Exa. tem a palavra.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. Para interpelar.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, primeiro: CPI investiga dados concretos. Se aqui mais de 20 pessoas foram convocadas foi porque as denúncias que envolvem a efetivação desta CPI, de uma forma ou de outra, diretamente envolvem também a participação dessas pessoas. Isso aí é o óbvio, Foram denúncias concretas que foram feitas, elaboradas.

Em segundo lugar, Sr. Marcos Aurélio: o Sr. River aqui esteve e descreveu, com riqueza de detalhes, inclusive com fotografias e com filmagens, um processo que, sem dúvida nenhuma, é absolutamente ilegal e criminoso.

O que contou ele aqui? Que trabalhou numa empresa chamada Yacows e que essa empresa fazia disparos de mensagens para pessoas; que as pessoas recebiam essas mensagens, e ele disse aqui claramente que eram mensagens de conteúdo político, que trabalhou para políticos, enfim; relatou aqui a utilização de CPFs falsos, de CPFs cujos donos ignoravam o fato de estarem sendo utilizados, e até CPFs de pessoas mortas, para a aquisição de *chips*, que passavam a ser utilizados com esse objetivo de fazer disparos os mais diversos. Citou textualmente a empresa que V. Exa. representa, e V. Exa. teve oportunidade aqui de esclarecer, mas ele disse claramente que, no dia em que foi ter a primeira audiência do seu processo trabalhista, encontrou com o advogado representando a empresa de V. Exa., o que dá a ideia até de uma certa preocupação das empresas que ali estavam com o rumo que aquilo iria tomar, como o tipo de coisa que esse cidadão poderia difundir. Ao mesmo tempo, V. Sa. declara aqui que foi responsável, senão pela estrutura digital ou pela elaboração de parte de trabalhos digitais da campanha presidencial, pelo menos do partido ao qual pertencia o Presidente da República.

Estou aqui querendo entender exatamente o que V. Sa. está nos revelando aqui. O que V. Sa. diz é que, apesar de ser o responsável como, digamos, marqueteiro digital do PSL, só utilizou os serviços dessa Yacows uma única vez para fazer disparos para 8 mil pessoas. É isso exatamente o que o senhor está dizendo?

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Isso, Senador, é exatamente isso.

O senhor imagine que a nossa empresa não é, por tudo o que eu expliquei aqui, e o senhor pode comprovar... Nós não somos uma empresa de disparo de WhatsApp, a nossa empresa é muito maior do que isso. Toda essa cena que o senhor descreveu aí, de vídeo com *chips* e com CPFs, isso é um submundo, isso é um submundo. Eu não consigo nem... A gente absolutamente recrimina esse tipo de atividade. Vou repetir porque isto é importante em termos de educação: nós não estamos falando de comunicação via celular, não estamos falando de comunicação via WhatsApp, nós estamos falando de envio de mensagens de pessoas que não existem, ou de entidades que não existem, porque é um número anônimo, para pessoas que não pediram para receber essa informação. Então, nós condenamos isso veementemente.

Então, o senhor está me dando, ao repetir essa pergunta, a oportunidade de ser, assim, bastante objetivo na minha resposta.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. Para interpelar.) - Além desse disparo que o senhor fez por intermédio dessa Bulk Services, não houve mais nenhum outro disparo feito por qualquer mecanismo que fosse contratado de alguma outra empresa ligada ou não ao Sr. Lindolfo?

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Não. Eu nem conhecia essa empresa. Parece que o *site* se chama Bulk Services, a nota veio de uma empresa chamada Kiplix, e o depoente é de uma empresa chamada Yacows.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. Para interpelar.) - Como é esse processo? O senhor deu a relação das 8 mil pessoas?

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Nove mil.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. Para interpelar.) - Nove mil. E o senhor deu a mensagem que deveria ser encaminhada? É isso?

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Isso. Eu vou deixar aqui para a CPMI. Como eu disse, nós fizemos *print* dessa tela com os números enviados, a hora em que foi enviada, o dia, e a mensagem que foi enviada. Então, como nós temos esse registro, esse registro vai ser disponibilizado para vocês.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. Para interpelar.) - O senhor vai disponibilizar, então, uma cópia desse material?

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Claro, imediatamente.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. Para interpelar.) - Significa que a Yacows, todas as vezes em que fez disparos, para quem quer que seja, muito provavelmente procedeu assim: recebe os nomes daqueles que serão destinatários e, ao mesmo tempo, o conteúdo dessas mensagens.

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Esse é o procedimento correto. Se eu sou só uma ferramenta de envio, eu tenho que receber para quem você envia. É como se fossem os Correios. Se eu sou os Correios, eu não posso mandar carta para qualquer um. Você tem que me dar o destinatário e me dar o conteúdo da carta.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. Para interpelar.) - Sim, mas os Correios mandam a carta sem necessariamente saber o conteúdo. Eu estou querendo saber se a Yacows obviamente sabia o conteúdo daquilo que estava sendo disparado.

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Claro, porque, imagine: se eu estou usando uma ferramenta de envio, tenho o registro do que foi enviado. Vocês podem ter certeza disso.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. Para interpelar.) - A sua empresa, Sr. Marcos, tem alguma relação com aquela empresa Cambridge Analytica?

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Nenhuma.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. Para interpelar.) - Nunca teve, não tem e nunca teve nenhuma relação, absolutamente nenhuma?

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Não, nenhuma, zero.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. Para interpelar.) - O senhor já esclareceu essa questão de quem apagou. Não sabemos de fato quem procedeu a isso.

Eu pergunto - obviamente, o senhor poderá responder ou não - o seguinte. É fato, as denúncias são várias, e tudo isso foi comprovado, que houve um processo não só de disparo em massa, mas de divulgação de notícias falsas as mais diversas. O senhor, de alguma forma, teve contato indireto com a campanha presidencial e contato direto com o PSL? O senhor pode afirmar, o senhor pode dizer... A que atribuir ou como esse processo efetivamente se desenvolveu? Ou o senhor ignora completamente qualquer coisa que diga respeito a divulgação de *fake news* nas campanhas ou posteriormente?

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Senador, com todo respeito: se fizeram, esconderam de mim.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. Para interpelar.) - O.k.

Agradeço a V. Sa.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Barros. PP - PR) - Agradeço ao Senador Humberto Costa a sua contribuição à CPI.

Passo a palavra ao Deputado Carlos Jordy.

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ. Para interpelar.) - Boa tarde, Sr. Presidente, demais Parlamentares, Sr. Marcos Aurélio, Sr. Advogado Guilherme Mello.

Senhores, eu ouvi aqui atentamente algumas das falas dos Deputados de oposição acerca desses fatos da eleição, fazendo esses questionamentos. O Deputado Rui Falcão disse aqui que é necessário fazer essas convocações, como a convocação dos responsáveis da AM4, para que a gente possa combater as milícias digitais. Inclusive, a Joice veio até aqui e afirmou que existe uma milícia digital que está aparelhada pelo Planalto. Gente, pelo amor de Deus, a Joice? A Joice tem a mesma credibilidade que o Lula: a Joice não tem credibilidade alguma nesta Casa! Joice, até pouco tempo, era governo, fazia juras de amor ao governo e, depois, mudou o seu discurso totalmente, mudando de lado como se mudasse de camisa.

E também o mesmo Deputado afirmou que esta CPMI tem objetivo de buscar forma de instrumentalizar a nossa legislação para coibir essas práticas que ocorreram na eleição de 2018 e inibir essas ações nas redes sociais. Vamos traduzir para o português claro: o que eles querem é regulamentação da mídia e das redes sociais, como está acontecendo, agora, por exemplo, em Cuba, como ocorre em todos os países comunistas. Querem acabar com o monopólio do povo de poder utilizar as redes sociais, quebrando a hegemonia da mídia tradicional. A internet serve como meio de comunicação em que hoje... Nós democratizamos a eleição através das redes sociais. Hoje, com as redes sociais, o cidadão consegue cobrar do político, ele consegue manifestar repúdio a determinadas políticas que não agradam e que configuram conflitos com aquilo que o político prometia na sua eleição. Então, não há que se falar que esta CPMI tem o objetivo de fazer uma regulamentação para coibir *fake news*. O que eles querem é poder estar novamente com a hegemonia das redes sociais, como eles sempre fizeram. Inclusive, 2018 não foi a única eleição, não foi uma exclusividade de *fake news*. Quem não se

lembra de 2014? Quantas *fake news* foram propagadas pelo PT, pelos MAVs petistas? Essa é a verdadeira milícia digital - Militância em Ambientes Virtuais!

Inclusive, o próprio Deputado Rui Falcão conhece muito bem, já até houve reportagens em que ele falava a respeito dessas milícias, as verdadeiras milícias - Militância em Ambientes Virtuais. Pagavam cursos com dinheiro público para disseminar *fake news*, para atacar adversários... Eu posso citar inúmeros aqui em 2010, em 2014... Em 2014, Aécio - e não tenho amizade alguma, nunca tive afinidade com Aécio Neves - foi alvo de um verdadeiro ataque pessoal, verdadeiros ataques contra sua honra, contra sua família, por parte das milícias do PT - Militância em Ambientes Virtuais petistas. Eu não estou dizendo algo que é novo, não; basta procurar, basta dar um *google* que vocês vão ver que essa é uma verdade, uma realidade.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ. Para interpelar.) - Mídia Ninja, Dilma Bolada... Houve agora recentemente também o escândalo do mensalinho do Twitter. Essas práticas sempre foram recorrentes no PT. Agora, como eles perderam a hegemonia nas redes sociais, a direita cresceu, conseguimos eleger um Presidente, eles querem partir para a censura.

Falou muito bem aqui a Deputada Caroline de Toni sobre uma parcialidade que ocorre nesta CPMI. Há uma parcialidade, sim, muito grande! Há uma parcialidade por parte da Relatora, que hoje não está presente aqui, mas eu falo isso sempre aqui na cara dela, a Deputada Lídice da Mata, que ela já faz juízo de valor sobre diversas questões que são apresentadas aqui. Até mesmo testemunhas que vêm aqui ela já aponta como se estivessem cometendo crime de falso testemunho, como foi o caso do depoente Hans River, que trabalhou na empresa Yacows. Inclusive, ela representou na PGR contra esse indivíduo, como se ele tivesse cometido um crime de falso testemunho, sem que ao menos nós pudéssemos apurar o fato. Na verdade, esta CPMI serviria para fazermos a apuração, a averiguação, e, aí sim, fazer um juízo de valor. Mas a própria Relatora já tem o seu juízo de valor feito antecipadamente sobre tudo isso.

Você percebe aqui, como bem mostram os dados que trouxe a Deputada Caroline de Toni: as convocações, os convites, os depoentes que foram convocados ou convidados aqui mostram que há uma parcialidade. Do governo, apenas quatro pessoas foram ouvidas. Ou seja, nós, da base do governo, fizemos alguns convites, convocações, e apenas quatro foram aprovados. Da oposição, foram 21 - vinte e uma! Ouvi o Senador também dizer "não, porque o que CPMI faz é apurar fatos certos, fatos concretos", e por isso teria uma maioria aqui de convocados, e nós, somente quatro.

Mas, se você for analisar aqui, o que levou à convocação dos responsáveis da AM4? A convocação da AM4 foi por conta de terem prestado serviço à campanha de Jair Bolsonaro. A campanha de Jair Bolsonaro - peguei aqui junto ao TSE - gastou R\$650 mil com essa empresa, a empresa AM4, e a campanha do Haddad gastou quatro milhões oitocentos e uns quebrados, quase R\$5 milhões, com a empresa M. Romano e Um Por Todos. A empresa AM4 está aqui, como convocada, prestando esclarecimento, sendo ouvida, mas a empresa M. Romano e Um Por Todos até agora não. As duas empresas tiveram contratação de serviço da Yacows, as duas empresas. E as duas empresas, de acordo com matérias que saíram recentemente e também após a eleição, tiveram esse mesmo serviço que está sendo indicado pela oposição como se tivesse difundido *fake news*.

Até o Hans River trouxe aqui uma novidade para nós, que foi que o PT foi um dos que mais utilizou esse serviço da Yacows, e o Deputado Rui Falcão também, que alegava que esse era um serviço ilegal. Mas não, ele disse que é um serviço legal, só que, quando tem *fake news*, desrespeita a legislação eleitoral e até penal.

Mas vamos ver. O que embasou toda essa questão da convocação da AM4 foram algumas matérias de jornais após a eleição.

Tem uma matéria de jornal aqui que fala o seguinte:

Segundo Marcos Aurélio Carvalho [V. Sa.], um dos donos da empresa, a AM4 tem apenas 20 pessoas trabalhando na campanha. "Quem faz a campanha são os milhares de apoiadores voluntários espalhados em todo o Brasil. Os grupos são criados e nutridos organicamente", diz.

Ele afirma que a AM4 mantém apenas grupos de WhatsApp para denúncias de *fake news*, listas de transmissão e grupos estaduais chamados comitês do conteúdo. No entanto, "a *Folha* apurou com ex-funcionários e clientes que o serviço da AM4 não se restringe a isso. Uma das ferramentas usadas pela campanha de Bolsonaro é a geração de números estrangeiros automaticamente por *sites* como o TextNow".

Procede essa informação? A empresa AM4 tem como uma das suas ferramentas geração de números estrangeiros automaticamente por *sites* como o TextNow e fez isso para a campanha de Jair Bolsonaro?

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Não, Deputado.

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ. Para interpelar.) - Não procede essa informação?

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Nunca usamos.

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ. Para interpelar.) - O.k.

As estimativas de pessoas que trabalham no setor sobre o número de grupos de WhatsApp anti-PT são muito vagas - vão de 20 mil a 300 mil -, pois é impossível calcular os grupos fechados.

Existe realmente isto: grupos anti-PT existiam? Variava, é imprecisa essa estimativa de 20 mil a 300 mil grupos para disseminar mensagens contra o PT? V. Sa. tem ciência disso?

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Não.

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ. Para interpelar.) - Essa reportagem aqui foi feita, foi escrita pela jornalista Patrícia Campos Mello. A Patrícia Campos Mello afirma categoricamente aqui que a *Folha* apurou com ex-funcionários e clientes que o serviço da AM4 não se restringe a isso: "Uma das ferramentas usadas pela campanha de Bolsonaro é a geração de números estrangeiros automaticamente por sites como o TextNow".

Eu fiz um requerimento de convocação tanto da AM4, aliás, tanto da M. Romano, da Um por Todos, por prestarem serviços semelhantes aos da AM4, só que prestaram para a campanha do Haddad, e também fiz um requerimento de convocação da jornalista Patrícia Campos Mello. Ai, é óbvio que está havendo uma blindagem aqui por parte da oposição de não querer que ela venha até esta CPMI prestar esclarecimento, porque eu convoquei como testemunha: se ela mentir, ela comete falso testemunho. Mas vocês percebem a parcialidade: eles convocam aqui a AM4, diversas outras pessoas que, quando é para bater no Governo, vão prestar esclarecimentos que vão ser pejorativos, vão ser prejudiciais ao Governo, mas, quando há alguém como essa Patrícia Campos Mello, que afirmou que o Hans River cometeu *fake news*, que ele mentiu nesta Comissão, eles não querem convocar.

Então, eu peço aqui à Mesa - hoje o Deputado Ricardo Barros, que é o Vice-Presidente da CPMI, é Presidente em exercício - que possamos convocar tanto a M Romano, quanto a Um por Todos e também a jornalista Patrícia Campos Mello, para que possamos esclarecer todos esses fatos, até mesmo fazer uma acareação aqui com os envolvidos.

Esta Comissão, esta CPMI não pode ficar sendo feita de palanque para a oposição atacar o Governo, não pode ser uma CPMI parcial, que busca somente atacar o Governo com relação à eleição de 2018. Todos esses fatos envolvem a eleição 2018, envolvem oitivas que foram feitas aqui nesta CPMI.

Por isso peço, mais uma vez, a urgência para pautar esses nossos requerimentos, até mesmo por conta de uma justiça, porque nós vemos aqui o Governo com quatro convocados apenas, quatro...

(Soa a campanha.)

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ. Para interpelar.) - ... ouvidos e a oposição com 21. Diante de todos esses fatos que foram apresentados, da mentira que foi cometida pela Patrícia Campos Mello, jornalista Patrícia Campos Mello, na sua reportagem feita logo após o primeiro turno para influenciar no segundo turno, faz-se necessária a convocação dela e também das empresas envolvidas na campanha do Haddad, do PT.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Barros. PP - PR) - Obrigado, Deputado Carlos Jordy. Vou transmitir ao Presidente essas questões.

Lembro aos senhores que temos sessão do Congresso em andamento.

O Relator, Deputado Paulo Ramos, pede a palavra. Temos ainda três escritos e, às 15h, vou-me dirigir à sessão do Congresso e passarei, se for o caso, se não tivermos terminado até as 15h, ao Deputado Rui Falcão, que é o mais antigo, a Presidência.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Pela ordem.) - Não, não. Presidente, eu estou pedindo um pela ordem. Fui citado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Barros. PP - PR) - Eu sei. Só estou dando aqui um panorama da situação, do andamento.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Barros. PP - PR) - O tempo é regimental, os senhores é que poderão falar menos e o nosso convidado poderá responder com objetividade. Mas sem prejuízo do andamento correto, só estou avisando que será esse o procedimento.

O Deputado Rui Falcão foi citado. Eu vou ceder a palavra a ele e peço brevidade.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Pela ordem.) - É apenas para responder a uma questão suscitada pelo Deputado Carlos Jordy.

Primeiro, esclarecer até ao Sr. Marcos Aurélio que esta CPMI não foi proposta pelo PT. Quem propôs a CPMI, coletou as assinaturas foi um Deputado do DEM. E todo o escopo da CPMI foi mencionado no requerimento subscrito por Deputados e Senadores.

Segundo, nós não estamos fazendo palanque nenhum aqui, nós não estamos fazendo acusação nenhuma às pessoas que vêm aqui prestar depoimento. Eu, aliás, queria até solicitar ao Presidente, se os demais entenderem, porque há mais dois convocados da AM4, que a gente pudesse se limitar a ouvir do Sr. Marcos Aurélio, as informações, até porque, ao que consta, dos dois diretores, um cuida do mercado, das empresas e tal, não participou da campanha eleitoral, não vejo necessidade de...

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA. *Fora do microfone.*) - Foi o que ele falou.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) - Não vejo necessidade. De minha parte, não vejo necessidade.

Por último, realmente eu utilizei os serviços da Malt, que era uma das empresas que pertencem ao grupo Yacows, pelo que fui informado, utilizei legalmente, fiz os disparos para pessoas do meu cadastro. Tenho o texto dos disparos. Disse que se a CPMI tiver interesse eu tenho tudo em meio digital e impresso. Tenho o recibo, a nota fiscal. Então, paguei, claro, com meus recursos. E, portanto, a repetição disso nas redes sociais não me incomoda. Até outro dia um determinado Deputado falou: "Pô, a gente não consegue te pegar". Realmente, porque não há o que pegar, porque não fiz nada de ilegal. Os disparos eram permitidos pela legislação. Hoje não são mais. Portanto, nada tenho a dever.

Simplesmente para fazer esse esclarecimento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Barros. PP - PR) - Obrigado pela contribuição, Deputado Rui Falcão.

Então, temos o Deputado José Medeiros, Delegado Éder e Márcio Jerry inscritos.

Eu peço brevidade aos senhores para que a gente possa comparecer à sessão do Congresso.

Passo antes a palavra ao Relator *ad doc* Paulo Ramos.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Como Relator.) - Sr. Presidente, primeiro, quero dizer que não estou à altura de substituir a Deputada Lídice da Mata, mas aguardei a intervenção de todos aqueles - cheguei um pouco atrasado, estava lá na escolha do Líder do PDT, em uma reunião da bancada, e não pude chegar aqui no horário -, aguardei que todos que estavam presentes no momento em que eu cheguei fizessem suas perguntas. Então, peço desculpas àqueles que ainda estão escritos, mas cuidei de aguardar que todos que estavam presentes no momento da minha chegada fizessem as suas indagações.

Eu, primeiro, quero dizer que também estou frustrado, porque fiz vários requerimentos de convocação e os requerimentos que eu apresentei sequer foram submetidos à apreciação dos membros da Comissão. Apresentei um requerimento para que fosse convocado o Ministro Paulo Guedes. Há informações sobre o papel que o Ministro Paulo Guedes cumpriu na mobilização de recursos para a campanha do Presidente eleito.

Também...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) - O senhor me permite um aparte? (*Pausa.*)

Temos gente já convocada, como o Secretário Wajngarten, que o Presidente até hoje não houve por bem marcar a data para que venha.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Como Relator.) - Também apresentei um requerimento para que fosse convocado o General Heleno, que está lá com a segurança institucional. E há denúncias feitas aqui por aliados, ex-aliados, sei lá, da própria base do Governo. Representantes importantes - o Deputado Alexandre Frota, a Deputada Joice Hasselmann - vêm dando depoimentos aqui os mais contundentes. Nada foi produzido por um ou outro que possa se apresentar como integrante de Partidos de oposição.

Eu, inclusive, digo que tenho feito críticas ao trabalho da CPI exatamente porque, na parcela maior das oitivas, recebemos aqui técnicos que explicaram o funcionamento da rede sem ser testemunha de defesa ou de acusação de quem quer que fosse. Foram muitas... Dizia-se: "CPI é para investigar, CPI não para elaborar uma tese".

Então, o Deputado se ausentou - o da minha bancada, do Rio de Janeiro -, e quero compartilhar com ele a minha frustração, mas não vejo como atribuir a maioria das oitivas a requerimentos feitos por membros da oposição, porque foram oitivas

que não contribuíram para a investigação, e sim para a compreensão do sistema. Os depoimentos mais contundentes foram feitos por membros da própria base do Governo que romperam. Existe aquele velho ditado: brigam as comadres, aparecem as verdades. Então, as comadres brigaram, se insurgiram e prestaram aqui depoimentos os mais contundentes, os mais relevantes. Aliás, as informações trazidas no sentido da própria investigação foram dadas por membros da base do Governo.

E eu quero reconhecer o papel cumprido pela testemunha Hans River. Ele trouxe também elementos para a investigação. Claro que exacerbou, cometeu leviandades, praticou ilícitos e está sendo responsabilizado por isso. O que falou da jornalista é uma coisa praticamente insuportável, mas a própria ofendida dispõe - e está se utilizando - dos mecanismos que a legislação disponibiliza para buscar a responsabilização do depoente. Mas o depoimento do Sr. Hans River foi importante, quando ele traz aqui as fotografias da utilização de CPFs, milhares.

Então eu quero fazer uma pergunta ao depoente. Eu não sei se é verdadeira a informação de um depoimento prestado à Polícia, não sei se alguém já fez essa pergunta, que o senhor teria prestado um depoimento na Polícia Federal cuja cópia consta do material encaminhado a esta CPMI: o depoente negou ter mantido qualquer relação comercial com a Yacows, e hoje está confirmada essa relação. Aí indago o seguinte: o senhor mentiu na Polícia Federal? Qual a razão - se é que mentiu? Qual é a...

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Deputado, Prof. Paulo Ramos, tem uma sopa de letrinhas entre essas empresas. Eu mencionei isso aqui, se não me engano, ao Senador Humberto Costa.

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ. Pela ordem.) - Um minuto.

Posso fazer só um adendo?

O Deputado Paulo Ramos está inscrito ou está falando pela liderança?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Barros. PP - PR) - Não, ele é Relator *ad hoc* e está falando como Relator.

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ) - Ah, sim. Está bem.

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Deputado, então, como eu estava dizendo, é uma sopa de letrinhas. Como essa contratação foi uma contratação insignificante, de R\$1.680, feita no âmbito operacional - não é um fornecedor, não é um subcontratado, nem nada parecido, a plataforma chama Bulk Services -, a nota fiscal veio em nome de Kiplix, e eu vou oferecer aqui à CPMI essa nota fiscal para arquivamento. Então essa empresa, a Yacows, ela aparece em algum outro momento da história — entendeu? —, que é feita essa conexão. Então, enfim, eu não sou obrigado a saber que dentro do grupo empresarial tem uma empresa chamada Yacows, entendeu? Basicamente isso.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Como Relator.) - Existe... Eu vivo uma perplexidade no sentido do conteúdo das mensagens. Se as mensagens são mensagens, vamos dizer, lícitas, porque que todas elas desaparecem?

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Deputado...

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Como Relator.) - É um mistério.

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Ela não desapareceu. Eu vou também oferecer aqui para arquivamento exatamente essa mensagem que foi enviada por meio dessa conta que foi criada via internet. Então, ela está aqui, o nosso *print* está aqui. E aí, como eu já disse mais duas vezes aqui, sugiro que, se o depoente, o proprietário da empresa, disse que tem *backup*, então que ele faça, restaure esse *backup* e ofereça à CPMI todos os registros da companhia.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Como Relator.) - O senhor sabe dizer se a Yacows só trabalhou para a sua empresa ou se ela foi contratada por outras?

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Eu vou... É importante essa pergunta, Deputado, porque é só uma questão de lógica, tá? Essa contratação foi feita via internet, através de uma plataforma. Então você vai lá, paga um boleto e gera um crédito. Então ela não é um fornecedor. Nós não chegamos nessa companhia, negociamos um contrato, fechamos uma minuta... Nada disso aconteceu. É uma contratação via internet e, pelo valor, era absolutamente operacional. É como se alguém tivesse pedido algum outro tipo de serviço de relevância menor, entendeu?

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Como Relator.) - O senhor chegou a ver aquela fotografia?

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Cheguei.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Como Relator.) - A reportagem com aqueles pacotes grandes de CPFs?

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Cheguei.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Como Relator.) - O senhor, que é um conhecedor dessa matéria, a que o senhor atribui aquilo?

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Eu acho que é uma operação clandestina, Deputado, porque, como o Deputado Rui Falcão comentou aqui, não há nenhum crime no envio de mensagem de WhatsApp. Não tem problema nenhum. Agora, me parece uma fraude você comprar milhares de chips, ir queimando chips, pegando CPF dos outros para poder fazer registro de telefone. Enfim, isso me parece uma ação, no mínimo, obscura. Então, isso passa longe da nossa companhia.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Como Relator.) - Esteve aqui também prestando depoimento o General Santos Cruz. E, quando foi abordado a respeito da existência, no gabinete da Presidência da República, de uma equipe que estava estruturada para disparar *fakes*, para disparar mensagens em massa, ele disse que aquilo era algo que estava diretamente ligado ao gabinete da Presidência da República, que ele não tinha nem conhecimento de quem teria feito as nomeações.

O senhor trabalhou na transição. O senhor trabalhou na transição voluntariamente e se surpreendeu porque teria remuneração? O senhor estava lá prestando um serviço?

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Não, foi simples assim: estávamos num dia na campanha, aí termina a eleição, começa imediatamente depois o gabinete de transição lá no CCBB, eu fui convidado para ajudar. Enfim, como não era o meu propósito continuar no Governo e, como já foi dito aqui, pareceu que houve um descontentamento por eu estar lá, eu peguei minhas coisas e fui embora. Não era meu objetivo, eu tinha empresa para cuidar.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Como Relator.) - E, durante a campanha, o senhor tomou conhecimento da existência de disparo em massa de notícias falsas para comprometer a imagem de adversários?

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Olha, Deputado, essas coisas desses memes, dessas mensagens é uma coisa que todos nós recebemos. Eu, de fato, recebi de todos os candidatos, como todos vocês receberam de todos os candidatos. Então, objetivamente respondendo à sua pergunta, sim, tomei conhecimento de que isso aconteceu na campanha. Mas, enfim, a gente não acompanhou nada disso na campanha do Jair, não sabe se teve, enfim, isso é uma coisa que nos parecia absolutamente orgânica. Detestável, mas nos parecia orgânica. Quero fazer o registro: é detestável, mas nos parecia orgânica.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Como Relator.) - Sr. Presidente, para registrar que, na campanha de 2018, eu, por exemplo, fui vítima de uma *fake*. Foi feita uma montagem. Pegaram um episódio, transforaram em outro, adulteraram e massificaram. Foram centenas de milhares de mensagens enviadas para eleitores no Rio de Janeiro. Centenas de milhares. Tive que entrar com uma ação judicial. A Justiça Eleitoral determinou a retirada, mas isso - como é que se diz? - é impossível. Registre a ocorrência. Está lá a investigação. Embora eu tenha levado provas, há esse mistério também. A gente faz o registro de uma ocorrência, leva provas, mas a investigação não anda.

Quando eu falo do Ministro Paulo Guedes, é que o Ministro Paulo Guedes é investigado, através de vários fundos de investimento, a vinculação dele com um emaranhado de pessoas jurídicas, pegando dinheiro em Banco do Brasil, Caixa Econômica, nos fundos de pensão das estatais. É um emaranhado, um subterrâneo. E ele é investigado diretamente, e pessoas ligadas a ele.

Não sei como a Comissão de Ética Pública não se manifestou em função dos conflitos de interesse em torno do Ministro Paulo Guedes para ser Ministro da Economia. Há uma proteção muito grande, uma proteção que impossibilita. Dizem que os documentos são todos sigilosos. Olha!

Então, nós ficamos diante de algo em que as denúncias foram feitas, as mais robustas, por figuras que foram ligadas intimamente à própria campanha do Governo, do Governo eleito. Então, eu não sei. Essas pessoas estão inventando, estão se vingando? Não sei se o Deputado Alexandre Frota se vingou ou se a Deputada Joice Hasselmann, que também veio aqui com exposições, se vingou; se as fotografias tiradas pelo Hans River eram motivo de vingança. Eu não sei! Esse é o mistério, é o grande mistério.

De qualquer maneira, agradeço, Presidente.

Peço desculpas aos Deputados ainda inscritos, mas eu... O Deputado Carlos Jordy não estava aqui. Eu expliquei que aguardei que perguntassem todos aqueles que já estavam presentes no momento da minha chegada, porque não quis abusar da condição de Relator *ad hoc* para furar a fila.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Barros. Bloco/PP - PR) - Obrigado, Deputado Paulo Ramos, pela sua contribuição.

O SR. ALEXANDRE FROTA (Bloco/PSDB - SP) - Tempo de Líder.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Barros. Bloco/PP - PR) - Eu vou...

O SR. ALEXANDRE FROTA (Bloco/PSDB - SP) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Barros. Bloco/PP - PR) - Deputado...

O SR. ALEXANDRE FROTA (Bloco/PSDB - SP. Pela Liderança.) - Não é importante isso... Eu quero usar o tempo de Líder.

Boa tarde ao Sr. Marcos, ao advogado, a todos que estão aqui dentro. Hoje nós tivemos um resultado positivo na nossa CPMI da *Fake News*, tão criticada por parte de alguns Parlamentares. Nós não entendemos por que querem acabar com esta CPMI. Mas hoje, Presidente Ricardo Barros, tivemos um resultado brilhante, que é o esforço de muitos Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras que aqui dentro estão. Joice Hasselmann esteve aqui e mostrou um mapa, oficializou aqui como é o esquema de ataques virtuais, de disparos, as humilhações, por onde saem os replicadores. E aí, na manhã de hoje, o Facebook, intimado por esta CPMI, através de um brilhante requerimento de um Deputado que aqui está, Túlio Gadelha, quebrou o sigilo de uma conta de que nós já vínhamos falando há muito tempo e que mostramos no mapa da Joice Hasselmann. É uma conta chamada Bolsofeios. Aqueles que participaram aqui, que estavam, sabem disso, aqueles que estavam aqui naquele dia.

Acreditem, Presidente, Deputado Paulo Ramos e todos aqui dentro, acreditem: o Facebook quebrou esse sigilo do "Bolsofeios" e essa conta é operada de dentro da Câmara dos Deputados federais. Não sou eu que estou falando; é o Facebook, intimado pela Justiça. De dentro da Câmara dos Deputados federais. E aí foi pesquisar o IP, nobre Éder Mauro. Foi pesquisar o IP - o senhor, que é um grande defensor da lei -, e o IP é do Eduardo Guimarães - Eduardo Guimarães, assessor direto, desde 2006, do Sr. Eduardo Bolsonaro. Não é o Alexandre Frota quem está falando. Não estou perseguindo, não é o PT que está perseguindo, não é o PSOL, não é o PSL. Foi um requerimento de direito, oficial, do nobre Deputado Túlio Gadelha, que gerou isso. Está lá, está comprovado - comprovado!

E aí, uma das páginas utilizadas para ataques virtuais e para estimular o ódio contra supostos adversários do Presidente Bolsonaro foi criada a partir de um computador localizado na Câmara dos Deputados federais. A página chamada Bolsofeios também foi registrada a partir de um telefone utilizado pelo secretário parlamentar do Deputado Eduardo Bolsonaro, chamado Eduardo Guimarães, que está aqui dentro dessa Casa.

Eu quero saber qual vai ser a desculpa. O Eduardo Bolsonaro vai ligar para o papai agora e vai pedir o quê? Para o Facebook desmentir? Para a Justiça dizer que foi engano? E o *e-mail* do registro da conta da página é: eduardo.gabinetesp@gmail.com, endereço utilizado pela assessoria do filho do Presidente para a compra de passagens, reservas de hotéis, através da cota parlamentar, como mostra a prestação de contas disponível no *site* da Câmara dos Deputados. As informações foram enviadas pelo Facebook à CPMI da *Fake News*, no Congresso, a partir de um pedido de quebra de sigilo referente às contas no Instagram feito pela comissão.

O documento obtido pelo UOL mostra que a conta Bolsofeios foi feita no IP de um computador localizado dentro da Câmara. Ele foi enviado à Comissão depois de um requerimento feito pelo Deputado Túlio Gadelha (PDT), com base em denúncias da Deputada Joice Hasselmann. E a Joice já havia, na época, Deputado - estou terminando -, já havia falado sobre isso aqui. Está aqui, ó, eu trouxe para vocês verem. É aquele mapa, onde mostra Eduardo Bolsonaro determina o alvo e aí as contas Bolsolindas, Bolsonéas, Carlos Opressor, Presidente Bolsonaro, Ben Shapiro e Bolsofeios. Está aqui: Bolsofeios. Está aqui. É oficial. Ninguém está falando, ninguém inventou nada. Está aqui: Bolsofeios. Está certo?

Então, o Eduardo veio aqui e falou que eu era o promíscuo. Eu acho que o promíscuo dessa história é ele, que mente covardemente para esta CPMI.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Barros. PP - PR) - Eu vou passar a palavra, então, ao Deputado Éder Mauro, para a sua intervenção.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA. Para interpelar.) - Sr. Presidente, Deputado Ricardo Barros; Sr. Relator, Deputado Paulo Ramos; senhor convidado, Marcos Aurélio Carvalho, sócio proprietário da AM4 - seja bem-vindo, parabéns por suas colocações! -, senhor advogado Guilherme, eu diria que nós vivemos uma situação nesta CPI, parece-me, que até já de esgotamento.

Sr. Presidente Ricardo, a impressão que eu tenho, até pela vivência de 30 anos de investigações, de lidar com o Judiciário, de lidar com processos, servir de testemunha e até como acusado na Justiça, porque eu respondi a muitos processos de homicídio, tortura, abuso de autoridade e tudo mais de que se possa ter conhecimento de todo policial que trabalha na rua,

eu diria que esta CPI qualquer juiz singular iniciante de qualquer interior de Estado já teria arquivado de ofício por absoluta falta de materialidade, de absolutamente nada, onde ela quer chegar. O que se vê, como se diz no linguajar policial, é que aqui há um *animus*, para não chamar o palavrão, dirigido a uma única linha. É como dizer, Sr. Presidente e aqueles do Brasil que me ouvem e, se estiver ao vivo, me veem, é como se o Flamengo, amigo, fizesse dez gols num time e o juiz anulasse todos os gols, gols legais. Será que nós vamos ter que chamar o VAR aqui nesta CPI para poder puxar todos que falaram aqui, todos que vieram depor para ver se se chega a algum lugar e mostrar que não tem como tentar direcionar para onde a relatoria quer levar? Porque está claro, está claro e evidente à relatoria desta CPI, não tenho a menor dúvida disso.

Eu vejo, por todos que vieram e falaram aqui do Hans, falaram da Patrícia... Eu quero aqui ratificar, Sr. Presidente, que seja levada à Mesa da Presidência a ratificação do Deputado Carlos Jordy em relação ao convite à jornalista Patrícia. Sim, à jornalista Patrícia, porque eu faço questão que seja no mesmo dia convidado também o Sr. Hans, para que eles sejam acareados aqui. É importantíssima a acareação deles aqui, se é que a gente quer poder chegar a alguma coisa, porque eu vejo a CPI tão desgastada! E vocês querem uma prova cabal de que esta CPI está perdendo sentido e está desgastada? O discurso da esquerda. Está tão fraco! Não existe mais nenhuma evidência e empoderamento da esquerda em atacar nada, aqui não é o perfil deles. Eles já estão sem discurso até de perguntas. Não conseguem perguntar nada plausível às pessoas que aqui estão.

Nós falamos aqui, Sr. Presidente, de disparos, nós falamos aqui de investimento.

Na AM4 e na Yacows, pelo que eu soube aqui e se pôde ver dos que vieram aqui depor, se não estou enganado, o investimento foi de R\$1.680 para disparar aqueles que foram colaboradores na campanha do Sr. Jair Bolsonaro. Com certeza, é bem diferente do que gastou o Sr. Haddad, e eu raramente ouço o nome dele aqui. É bem diferente, inclusive, do Deputado Rui Falcão - acho que foi quatro ou cinco vezes maior do que do próprio Presidente Bolsonaro, o então Presidente. Será que eu tenho que desconfiar do investimento que o Deputado Rui Falcão fez, pelos disparos que ele fez? Será que eu tenho que desconfiar do conteúdo de todos os disparos que o Deputado Rui Falcão fez, se foi atacando alguém ou não?

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. *Fora do microfone.*) - Está aqui!

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA. Para interpelar.) - Sr. Presidente, eu quero que o povo brasileiro possa entender que o Deputado Rui Falcão disparou muito mais que o Presidente Bolsonaro na sua campanha. A prova é o valor. O Presidente gastou - está aqui na minha mão - R\$1.680, e o Deputado Rui Falcão, pelo que eu tenho conhecimento, se não estou enganado, mais de R\$7 mil. Está aí na mão dele. Cadê esse conteúdo?

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) - Está aqui!

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) - Será que esse conteúdo, povo brasileiro...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) - Está aqui, está aqui!

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) - ... foi ou não foi para atacar alguém?

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) - Está aqui ó! Está aqui!

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA. Para interpelar.) - Eu gostaria de saber.

Eu gostaria que o povo brasileiro pudesse entender essa grande diferença de valor entre a campanha de disparo do Presidente Bolsonaro... Vou repetir, porque eu tenho tempo suficiente: R\$1.680. E o disparo do Deputado Rui Falcão foi de mais de R\$7 mil. Quem disparou o quê? Quem disparou o quê?

O representante da AM4 aqui já disse que está à disposição desta CPI todo o conteúdo de que o Presidente, atual Presidente, à época candidato, se utilizou. Aí nós temos que entender que os ataques pela esquerda, que no início desta CPI eram tão grandes, hoje estão tão frios, tão frios. Esse é o retrato fiel de que até eles estão jogando a toalha. Eles já desistiram dos discursos de atacar o Presidente, porque não conseguem se apalpar em nada, em nada! É o verdadeiro retrato de forma contrária do que vai acontecer no dia 15, quando o povo vai estar nas ruas mostrando quem é que eles querem que administre este País. Não tenho a menor dúvida disso. E não precisa da internet, não precisa de nada! Aonde você vai, o pessoal só faz dizer: "No dia 15, estou lá".

É o povo brasileiro, as pessoas de bem que estarão demonstrando para aqueles que não aceitam a mudança deste País, Sr. Presidente, que não aceitam que nossas crianças aprendam sexo nas escolas; que não aceitam, Srs. Deputados, que as nossas estatais sejam sugadas, roubadas, como foi feito nos governos desses que aqui atacam; que não aceitam, por exemplo, a Lei Rouanet! E, ainda hoje, eu tomei conhecimento disto: só para um artista, havia mais de R\$60 milhões de teto.

Ladrões! Ladrões deste País que, em nome da cultura, roubavam este País! E, agora, inclusive com uma grande artista, com uma grande atriz que hoje assumiu a Secretaria de Cultura, vai se mandar o dinheiro não para esses ladrões, para esses fumadores de maconha que se passam por artistas! Mas, agora, o dinheiro da Lei Rouanet vai para o repentista, vai para o palhaço na rua, que está iniciando, vai para pequenas oficinas de bairro, para dar incentivo a verdadeiros artistas, que querem e precisam do dinheiro! E é isso que deixa a esquerda tiririca! Eles não aceitam. Acabou a mamata! Acabou a mamata.

Então, Sr. Presidente, não se pode aqui aceitar, com todo o respeito, porque ele sabe que eu o respeito muito... Não se pode aceitar, por exemplo, aqui... E eu não tive acesso ainda às informações que o próprio Frota colocou ainda há pouco. Mas quem, Deputados ou pessoa particular, que não seja Deputado, pode dar credibilidade - e eu não sei ainda o conteúdo da informação - ao Facebook?

Para vocês terem uma ideia, na campanha para Deputado, Senador, Presidente da República, inúmeras páginas de candidatos de direita foram simplesmente tiradas do ar pelo Facebook. E, aqui, quem está me ouvindo e sabe disso e sofreu isso, como eu sofri, com a minha página, com quase 400 mil pessoas, seguidores... Eles simplesmente cortaram, alegando conteúdo violento, um vídeo, senhores, que toda a imprensa - toda a imprensa! - colocou, que a imprensa aberta, televisiva, colocou. Era um policial que, para se defender, matou um bandido de dentro do carro. Aí eu elogiei o policial. Aí o Facebook usou isso como alegação, como se eu tivesse que elogiar o bandido. Eu tive que entrar na Justiça, e ela hoje está sendo intimada a retornar com toda a minha página.

Que credibilidade esses administradores esquerdistas do Facebook podem ter com alguma informação em relação a qualquer pessoa? Que credibilidade? Ou será que aqui dentro não há nenhum Deputado que teve a sua página bloqueada ou tirada pelo Facebook porque defendia o Presidente da República?

Nós, como eu já disse, não vamos estar aqui inertes. Mas eu vejo, pelo andar dos representantes da esquerda, que talvez não precise fazer muito, até porque o relatório já tem nome e direção. Ele já tem nome e direção. Não precisa muito... Só de ouvir os pronunciamentos, já se sabem nomes e direções.

Mas, se for preciso acionar o VAR, faremos isso, porque se vê que a esquerda esmoreceu, engelhou! Não tem mais discurso nem nesta CPI, nem em plenário nenhum para absolutamente nada.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) - Presidente, eu fui citado e gostaria apenas de contrapor muito rapidamente.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) - Eu fui citado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Barros. PP - PR) - Concedo um minuto para cada um, por favor.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) - É muito rápido, em respeito ao nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Barros. PP - PR) - A sessão do Congresso está em andamento.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para contraditar.) - Sim, eu respeito o nobre Deputado Éder Mauro. Só discordo dele porque esta CPMI, não é que ela não chega a lugar nenhum, ela está chegando agora. Nós temos tempo suficiente, nós não estamos numa corrida, nós temos um tempo para chegar às nossas conclusões. E, quando ele fala de artista louco de esquerda, etc. e tal, e de palhaço... Louco por louco, palhaço por palhaço, quem cheirava era o Bozo.

Muito obrigado.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) - Presidente, pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Barros. PP - PR) - Pois não, Deputado Rui Falcão.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Pela ordem.) - Lamento até que o Sr. Marcos Aurélio tenha que participar, assistir a essas cenas deploráveis. Contra a nossa vontade, elas permanentemente se repetem aqui.

Mas eu acho importante que eu me manifeste.

Primeiro, eu não sou procurador da jornalista Patrícia Campos Mello. Eu a respeito muito, sei que ela tem uma trajetória premiada internacionalmente, é uma jornalista do maior valor. Como ela foi mencionada aqui e como eu tenho a informação de que ela já está processando o Sr. Hans River por danos morais, então, não vamos dar credibilidade ao Hans River, contrapondo a jornalista Patrícia Campos Mello.

Segundo, mais uma vez, isto aqui é uma ladainha porque as pessoas não sabem o que veem e tal. Se o Presidente Bolsonaro gastou um real e pouco com disparos, se as pessoas dão credibilidade a esse tipo de informação de que a campanha dele teve esse custo, se as pessoas acreditam que o Facebook é de esquerda, não há muito o que falar.

Mas repito aqui a informação de que a minha campanha disparou mensagens para o cadastro que eu forneci, cadastro meu, que não tinha pessoas mortas, que não tinha CPF falsificado. Paguei...

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. *Fora do microfone.*) - Não foi pago pelo Luciano Hang.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Pela ordem.) - Não foi pago pelo Luciano Hang, pelo Facury, nem por...

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. *Fora do microfone.*) - Essa máfia.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Pela ordem.) - ... esse conjunto de empresários que financiou a campanha de Bolsonaro e que financia ida à Paulista, protesto contra o Congresso e o Supremo. Tenho nota fiscal, recibo e todos os disparos, que eram simplesmente pedindo voto e falando do meu currículo. Então, repito isso aqui para que isso não seja propagado indefinidamente de forma soez, como se eu tivesse praticado qualquer tipo de crime.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Barros. PP - PR) - Obrigado, Deputado Rui Falcão.

O Deputado Márcio Jerry tem a palavra.

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA. Para interpelar.) - Presidente, boa tarde!

Boa tarde aos colegas aqui presentes!

Boa tarde ao Sr. Marcos Aurélio Carvalho e aos que nos veem pela internet!

Em primeiro lugar, eu também não tenho procuração da jornalista Patrícia Campos Mello, mas eu, uma vez mais, reitero aqui a absoluta solidariedade a ela e o reconhecimento do trabalho correto, ético, jornalisticamente incontestável que ela vem fazendo e que ela fez também nesse caso, o que faz com que, a todo instante, se apresente aqui esse inconformismo, essa ira e esses ataques da base do Presidente Bolsonaro à jornalista Patrícia Campos Mello.

É preciso, Deputado Ricardo Barros, que percebamos que não é um ataque a uma pessoa apenas, não é um ataque apenas à jornalista Patrícia Campos Mello, é um ataque a todos aqueles que fazem o bom jornalismo, que trazem informação correta para a sociedade.

Segundo, eu não tenho nenhuma identidade política e ideológica com a Deputada Joice Hasselmann, mas é um dever ético também, depois de ouvir aqui o que um colega Deputado falou, dizer que as informações que ela trouxe a esta CPMI são muito importantes e que ela prestou um papel fundamental, importante para o esclarecimento de coisas já referidas aqui pelo Sr. Marcos Aurélio Carvalho, com a qualificação de submundo - daqui a pouco, eu gostaria de perguntar sobre isso.

A terceira questão é que, nesta tarde, enquanto aqui estamos, enquanto os Deputados da base do Governo dizem a todo instante que esta CPMI não tem razão de ser, que a oposição está calada, silente, que não tem mais o que dizer, é o contrário. Nós temos hoje a dizer, inclusive, sobre resultados concretos desta CPMI.

Senhores e senhoras que nos assistem agora, o fato revelado hoje pelo UOL é de extrema gravidade: está instalada num gabinete da Câmara dos Deputados uma central de operação de *fake news*. É uma coisa que só tem algo correto e adequado, que é o nome: Bolsofeios. De fato, é uma atitude que qualifica bem o tipo de ação liderada pelo Sr. Eduardo Bolsonaro. Isso é muito grave! Isso não é uma coisa que possa passar como sendo de menor importância, porque a gente chega a um ponto nesta CPMI de envolvimento direto do Deputado Eduardo Bolsonaro, já apontado outrora, junto com seus irmãos, como envolvidos com a tal milícia digital, agora utilizando indevidamente o espaço da Câmara dos Deputados.

A Deputada que também falou aqui reclamou daqueles que usam de recursos públicos para... Ela disse até que esta CPMI desperdiçava recursos públicos ao continuar existindo. Quem desperdiça recursos públicos e comete ilegalidade com eles é quem faz aquilo que o UOL revelou que está sendo feito pelo Deputado Eduardo Bolsonaro, em seu gabinete, no anexo IV da Câmara, com o autodenominado Bolsofeios. De fato, é uma atitude muito feia e, mais grave que isso, uma atitude criminosa.

Tenho a certeza, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Senadores, de que é algo a ser levado, Deputado Túlio Gadêlha - o senhor iniciou este requerimento -, para o Conselho de Ética da Câmara dos Deputados. Isso tem que ser apurado, inclusive pela própria Corregedoria da Casa.

Portanto, é preciso que a gente registre esses fatos, com a contundência com que eles merecem ser registrados.

Eu queria, por fim, fazer referência a... Primeiro, o senhor trabalhou numa campanha. Em campanha, você dialoga, conversa, tem informações. Num dado momento aí, o senhor falou de submundo. Eu queria que o senhor abordasse isso

um pouco melhor, falasse um pouco mais e nos contasse mais sobre esse submundo. Que submundo é esse? Como age? O que faz?

Nós já vimos aqui detalhadamente informações sobre milícias digitais, sobre as ações tresloucadas do Sr. Carlos Bolsonaro, que o defenestrou do espaço em que o senhor trabalhava e que é por todos tido como uma pessoa desequilibrada. Eu queria saber de V. Sa. mais sobre esse submundo, sobre o papel de Carlos Bolsonaro na operação desse submundo.

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Boa tarde!

Na verdade, eu acho que o senhor pegou só um comentário. Quando o Prof. Paulo Ramos, o Deputado Paulo Ramos comentou sobre a fotografia, eu disse: "Eu não consigo imaginar, numa empresa que tem esse tipo de operação, como é que ela tem uma estrutura, um organograma, um RH etc. e tal com aquela imagem, com aquela cena, que parece uma cena de submundo". Então, foi esse o contexto dessa minha palavra. Como eu lhe disse, como eu disse aos outros Deputados, eu não tive acesso a nenhuma outra campanha que não tenha sido a que nós fizemos. Como eu disse, toda a estruturação digital do PSL, que praticamente não existia digitalmente, a gente pode concluir que performou muito bem ao final da eleição. E toda a estrutura de vídeo, porque a campanha saiu de oito segundos no primeiro turno e foi para 35 minutos, se somados tempos diários, no segundo turno... Essa campanha, que é a campanha que nós executamos, não teve absoluta interferência de ninguém da família nesse sentido. Não teve nenhum filho participando, passando *briefing*, vetando, nada disso. Eu não recebi uma única sugestão para fazer um filme no segundo turno de familiares. Não teve uma ingerência. Quem olha hoje pode imaginar que teve ali uma ingerência absurda, mas não. Eu realmente nem sabia que tinha essa ascendência toda. Ela só apareceu depois da eleição.

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA. Para interpelar.) - A Deputada Joice Hasselmann fez referência aqui - já citei - a essa milícia digital. Como, com a sua experiência, o senhor enxerga essa denúncia, essa acusação, inclusive com dados que demonstravam o funcionamento de uma milícia digital?

Eu tenho dificuldade em... Não estou duvidando da sua correção nas informações que traz, mas é porque é difícil compreender que alguém com a sua *expertise*, com a sua *performance*, com a sua capacidade, com a experiência que tem em lidar com esse ramo, com esse tipo de informação, com esse tipo de codificação de informação, não possa trazer mais informações para nós, pelo menos em tese, primeiro sobre a milícia digital e, segundo, sobre esse submundo. Pode ter sido até, de certa forma, um ato falho, uma coisa que o senhor sabe mais e que saiu ali um pouco *en passant*. Mas é muito importante que a gente possa compreender isso melhor. E o senhor tem um lugar bem posicionado, porque conhece bem, para trazer mais informações sobre isso, pelas relações que manteve, pelo trabalho que exerceu, e também para trazer uma avaliação sua sobre esse fato, aqui trazido com muitos elementos, com muitos dados, pela Deputada Joice Hasselmann, acerca da organização e estruturação, com começo, meio e fim, de uma milícia digital.

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Eu acho que a Deputada Joice teve muito mais elementos para fazer essa exposição, porque ela foi Líder do Governo e participou ali na intimidade desse novo Governo logo no seu início. Ficou meses nessa intimidade. E eu não fiquei. Como eu disse, eu participei da campanha, saí no período de transição, como foi dito, e então eu não tenho essa... Em tese, eu posso falar sobre qualquer coisa, mas talvez eu seria leviano. Me desculpe!

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA) - Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Barros. PP - PR) - Obrigado.

Passo a palavra à Deputada Natália para uma inquirição brevíssima, por favor.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) - Será brevíssima, Presidente.

Antes eu queria comentar como é interessante que, nesta época de pós-verdade que a gente está vivendo, às vezes os bolsonaristas se desesperam um pouco e diariamente tentam colocar uma versão fantasiosa da realidade. Mentem, mentem, mentem muito! E hoje o que está sendo feito aqui é que estão tentando passar a narrativa desesperada de que a CPMI não está dando em nada. Mas que dia ruim para vocês falarem isso, hem? Poxa, logo no dia em que chega à CPMI uma prova material de que um dos filhinhos de Bolsonaro está no comando da milícia. Que dia ruim! Podem esperar, podem falar alto, mentir! Vocês já nem sentem! Posa de valentão, tanto faz! Mas, a cada dia, o esquema criminoso de vocês está sendo cercado.

Presidente, é uma pergunta super-rápida.

Sr. Marcos, a sua empresa foi devidamente contratada e regularmente consta na prestação de contas de Bolsonaro. Correto?

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Correto.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) - Mas o senhor disse que não foi da empresa de vocês a solicitação do envio daquela mensagem que foi mostrada aqui em outra sessão, uma mentira sobre o então candidato Fernando Haddad. Correto?

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Correto.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) - É que só há a empresa de vocês na área de comunicação e *marketing* na prestação de contas de Bolsonaro. Então, se vocês não solicitaram, isso foi pago por caixa dois.

Então, eu pergunto, mais uma vez, pela última vez: não foram vocês que pagaram pelo envio de mensagens como aquela com mentira sobre o candidato Haddad que foi mostrada na CPMI?

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Não, senhora.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) - Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Barros. PP - PR) - Eu consulto o Plenário sobre liberarmos os dois diretores da empresa, já que o CEO da empresa está aqui e já prestou todos os esclarecimentos. Consulto se podemos liberar a inquirição dos dois outros diretores que foram convocados.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE. Para interpelar.) - Presidente, peço só um aparte para fazer uma pergunta rápida. Não tive essa oportunidade, porque eu estava mais analisando os depoimentos do convidado aqui. Mas, aproveitando que ainda temos o tempo estabelecido para interpelar o convidado, eu gostaria apenas de alguns esclarecimentos.

Primeiro, quero parabenizá-lo por estar aqui. Cumpre uma missão muito importante neste momento que a gente vive hoje no Brasil, tentando trazer à tona como funciona esse esquema, todo esse sistema de disseminação de notícias falsas, de disparo de mensagens em massa.

O que nos preocupa não é só a questão político-eleitoral, mas é o *cyberbullying*, é o assédio moral, são as imagens das pessoas públicas e não públicas que estão sendo desmontadas e, muitas vezes, o acometimento de suicídio, tentativa de suicídio por conta disso, ou seja, esta CPMI tem como missão também o combate ao *cyberbullying*, que deve ser aqui também tratado.

Mas eu queria saber, Sr. Marcos, aproveitando para parabenizá-lo pela sua presença aqui... O senhor falou sobre o contato com os principais influenciadores digitais durante o período de campanha 2018. Pode explicar melhor como isso acontecia, essa relação da empresa com os influenciadores?

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Deputado Túlio, boa tarde!

Eu queria parabenizá-lo pela gentileza com que o senhor tem tratado todo mundo aqui. Eu tenho observado isso, naturalmente isso se destaca.

Deixe-me dizer uma coisa... O senhor poderia repetir objetivamente a outra pergunta, só para eu...

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE. Para interpelar.) - Qual a relação que a sua empresa tinha com os influenciadores digitais?

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Com os influenciadores. Isso.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE. Para interpelar.) - E como se dava essa relação?

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - É uma relação muito natural. Dentro do *site* do PSL - se vocês entrarem hoje, talvez ainda esteja lá -, tinha uma área em que você podia se cadastrar por Estado, para ser uma espécie de um voluntário do partido, um voluntário da campanha. Então, a gente estimulou essa ação de voluntários de campanha. Então, eles recebiam um conteúdo por meio desse cadastro apenas.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE. Para interpelar.) - Está certo, Sr. Marcos, mas existe uma diferença de voluntários para influenciadores digitais. Voluntários são aquelas pessoas que procuram determinado canal, o conteúdo para disseminar, e os influenciadores são aquelas pessoas que são procuradas. Correto?

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Não necessariamente, eles são influenciadores também.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE. Para interpelar.) - Então, são pessoas comuns.

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - É que, na verdade, Deputado...

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE. Para interpelar.) - Não seriam influenciadores, então? Influenciadores são pessoas que têm certa musculatura e capacidade de influenciar as pessoas. Correto?

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Não é a forma como a gente enxerga, porque você pode ter grandes influenciadores - os "youtubers" da vida -, você pode ter médios influenciadores e microinfluenciadores.

Então, a gente chama de influenciadores de uma forma geral. É claro que depois você tem que dar peso para isso, mas a minha...

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE. Para interpelar.) - E como era a relação com esses megainfluenciadores?

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - A gente não tinha uma relação porque a gente não tinha tempo para fazer isso, Deputado. No segundo turno, o nosso trabalho foi todo muito focado na produção de vídeo da campanha. Então, a gente não tinha... Foi feita uma reunião com os influenciadores - isto também está no *site* do PSL, e o senhor pode entrar lá para ver -, inclusive, para instruí-los de que o radicalismo poderia prejudicar a campanha, porque você tem outros campos de votação a serem conquistados. Então, quando você é radical, você ganha mais *likes*, mas esses *likes* nutrem a sua mesma bolha, você não consegue sair da sua bolha. Então, tem um vídeo lá que mostra... Foi a única ação presencial inclusive que a gente fez.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE. Para interpelar.) - Então, houve até reuniões com esses influenciadores?

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Foi uma única reunião que a gente fez.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE. Para interpelar.) - Uma única reunião.

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Está no *site* esse vídeo.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE. Para interpelar.) - Com quantos desses influenciadores?

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Eu não me recordo, mas deviam ser...

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE. Para interpelar.) - Dez? Cinquenta?

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Não. Talvez, 20.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE. Para interpelar.) - Recorda do nome de pelo menos dois desses 20?

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Deputado, eu reitero que esse vídeo, esses dias mesmo, eu vi ou no YouTube do PSL ou no próprio *site* do PSL. Está lá. O senhor vai para poder ver.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE. Para interpelar.) - Entendi. Mas como era a relação com esses influenciadores? Existia algum pagamento para disseminação de conteúdo, ou nunca se pagou a essas pessoas?

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Não, de maneira nenhuma.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE. Para interpelar.) - Nunca se pagou. Então, eram voluntários, todos eram voluntários, nenhum recebeu nenhum tipo de...

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Deputado, eu estou falando sobre o nosso escopo, por favor.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE. Para interpelar.) - É sobre isso que eu estou perguntando. Perfeito!

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Então, não, em hipótese alguma.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE. Para interpelar.) - Não houve nenhum tipo de contrato?

O SR. MARCOS AURÉLIO CARVALHO (Para depor.) - Não.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE. Para interpelar.) - Está bom, Sr. Marcos.

Agradeço sua presença aqui.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Barros. PP - PR) - Obrigado.

Ficam dispensados, então, os demais convocados.

Coloco em votação a Ata da 22ª Reunião, solicitando a dispensa da leitura.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

A ata está aprovada.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 13 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 26 minutos.)